

Filozofski fakultet Sveučilišta u Zagrebu

Odsjek za romanistiku

Katedra za portugalski jezik i književnost

A formação da nação brasileira

Stvaranje brazilske nacije

Diplomski rad

Mentor: mr. sc. Želimir Brala

Student: Bruno Robert Kirinić

Zagreb, rujan 2017.

Índice

1. Introdução	1
2. Teoria da nação	3
2.1. Definições da nação	3
2.2. Formação e desenvolvimento das nações	6
2.3. Características da nação.....	9
2.4. Situação nas colônias.....	13
3. Formação da nação brasileira.....	14
3.1. Aventureiros preguiçosos	14
3.2. História, administração e política.....	17
3.2.1. Agitações regionais.....	17
3.2.2. Situação administrativa no Brasil antes da chegada da Corte.	18
3.2.3. História política depois da chegada da Corte.....	19
3.2.4. Queda da monarquia	26
3.3. Economia	28
3.3.1. Agricultura.....	29
3.3.2. Mineração	32
3.3.3. Pecuária.....	32
3.3.4. Indústria	33
3.4. Sociedade	35
3.4.1. Distribuição da população.....	35
3.4.2. Grande propriedade, cidade e as classes brasileiras	37
3.4.3. Escravidão	40
3.4.4. Papel dos negros, índios e imigrantes	42
3.5. Transporte	46
3.6. Educação	48
3.7. Língua	50
3.8. Imprensa	50
3.9. Identidade cultural e nacional.....	51
4. Nação brasileira	54
5. Conclusão	59
6. Bibliografia e sitografia.....	61

1. Introdução

O Brasil foi descoberto no ano 1500 pelos portugueses. Quando esse povo europeu tomou consciência dos ricos recursos naturais do Brasil, decidiu colonizá-lo e estabeleceu no território recém-achado o sistema económico que durou séculos, e que de muitas formas definiu o futuro desse território, dos povos que o habitavam na altura do descobrimento, dos próprios colonizadores, assim como dos povos que os colonizadores levaram ou convidaram para a nova colônia. O sistema com o tempo falharia, a colônia tornar-se-ia um país independente, e todos esses povos tornar-se-iam a nação brasileira.

O objetivo deste trabalho é mostrar e analisar as condições e as circunstâncias em que se formava a nação brasileira. O trabalho também pretende demonstrar que a maior parte dessas circunstâncias e condições não favoreceram e até atrasaram a formação nacional do Brasil, assim como o papel fundamental dos colonizadores, que tornar-se-iam a classe dominante nessa nova sociedade, na criação dessa situação. A tentativa de abranger o tema tão vasto e complexo pode parecer um pouco ambicioso, porque na formação duma nação são envolvidos inúmeros fatores e todas as áreas da existência e da atividade humana. Neste trabalho vamos analisar os mais importantes fatores para a formação da nação brasileira, desde o início da colonização até o fim dos anos 1930, porque foi até essa altura que aconteceram os passos mais importantes na formação nacional do Brasil.

A primeira parte do trabalho abrange o tema da nação em geral. Traz os pensamentos dos destacados teóricos da nação, da questão nacional e do nacionalismo sobre a natureza e as características das nações e dos movimentos nacionais. Eles também

explicam quais as condições que precisam ser cumpridas para a formação duma nação. A segunda parte traz a apresentação histórica e a análise dos acontecimentos mais importantes na formação da nação brasileira, assim como a análise da história do desenvolvimento das componentes mais importantes da nação brasileira – economia, administração, sociedade, educação, língua, cultura e identidade nacional, etc. O trabalho termina com a análise da influência do desenvolvimento dessas componentes na formação da nação brasileira, fundindo assim as duas primeiras partes.

2. Teoria da nação

2.1. Definições da nação

Encontrar o sentido tem sido a aspiração do género humano desde sempre. Nos seus esforços para afastar os pensamentos desagradáveis, como os da absurdez e inutilidade da sua própria existência, a humanidade recorria aos modos diferentes. A veneração da natureza e das suas forças com uma devoção religiosa, cumprimento dos rituais religiosos, a adoração das várias divindades ou o seguimento das religiões que prometem a vida no céu após a morte (ou uma vida nova na Terra) – esses são os modos sagrados ou religiosos de atribuir sentido ao acaso. Existem também os modos mundanos. Entre eles, Benedict Anderson vê a ideia da nação como um dos meios mais convenientes para „converter o acaso ao destino“.¹ A nação que é, do ponto de vista nacionalista, antiga, mas historicamente nova. A nação que é um conceito sociocultural universal (hoje, „cada homem“ pertence a alguma nação).² Anderson propõe a definição dessa nação: „*it is an imagined political community - and imagined as both inherently limited and sovereign*“.³ Também explica cada um destes atributos da nação. Ela é imaginada porque os indivíduos pertencentes a uma nação nunca conhecerão todos os membros da sua nação, e apesar disso continuam a ter uma noção da unidade com eles. Além disso, cada nação tem limites (fronteiras) – é limitada. É soberana „*because the concept was born in an age in which Enlightenment and Revolution were destroying the legitimacy of the divinely-ordained, hierarchical*

¹ Anderson, Benedict. *Nacija: zamišljena zajednica - razmatranja o porijeklu i širenju nacionalizma* (tradução – Nata Čengić i Nataša Pavlović; prefácio Silva Mežnarić). Zagreb: Školska knjiga, 1990. pág. 9.

² Anderson (1990), p. 16.

³ Anderson, Benedict. *Imagined Communities - Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. – Revised edition – London, New York: Verso, 2006, p. 6.

dynastic realm“.⁴ Por fim, é uma comunidade porque é imbuida de sentimentos de fraternidade e de intimidade, os sentimentos que, lembra Anderson, provocaram a morte do número enorme dos homens nos últimos dois séculos (Anderson coloca no fim do século XVIII o surgimento dos conceitos como „nacionalidade“ – no sentido de pertencer a uma comunidade etnolinguística, „nacionalismo“⁵ e do que chama „a condição nacional“).⁶

Junto com a aspiração de encontrar o sentido, o ser humano tem também uma outra – viver numa comunidade com outros membros da sua espécie. O ser humano aspirou a viver nas comunidades desde sempre e, também desde sempre, sentiu uma ligação e uma afeição pela sua comunidade. Mas a nação é um tipo específico da comunidade.

Para tentar definir a nação, Ernest Gellner usa duas definições, a cultural e a voluntarista: „1. *Two men are of the same nation if and only if they share the same culture, where culture in turn means a system of ideas and signs and associations and ways of behaving and communicating.* 2. *Two men are of the same nation if and only if they recognize each other as belonging to the same nation*“.⁷

Eric J. Hobsbawm não oferece uma definição concreta da nação, achando imperfeito e insuficiente esse tipo de definições. Ele é mais concentrado em nacionalismo e, usando a divisão de Miroslav Hroch, difere três fases dos movimentos nacionais: „...*phase A was purely cultural, literary and folkloric, and had no particular political or even national implications... In phase B we find a body of pioneers and militants of 'the*

⁴ Anderson (2006), p. 7.

⁵ Quanto ao uso do termo nacionalismo, é preciso destacar que o presente trabalho utiliza o conceito do nacionalismo não no sentido do patriotismo exacerbado, mas no da ideologia política que defende o Estado nacional como a melhor forma da organização política duma nação.

⁶ Anderson (1990), p. 17-18.

⁷ Gellner, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell Publishing, 1983, pág. 7.

national idea' and the beginnings of political campaigning for this idea. ...phase C when... nationalist programmes acquire mass support...".⁸

Manuel Castells vê as nações como „*cultural communes constructed in people's minds and collective memory by the sharing of history and political projects*“.⁹ Castells também tem uma teoria sobre o nacionalismo moderno, com a qual ele parece tentar destacar algumas „falácias“ sobre o nacionalismo, as quais ele detetou nas teorias de alguns teóricos do nacionalismo. A teoria de Castells é a seguinte: uma nação pode existir sem o seu Estado nacional; não todas as nações „nasceram“ seguindo o modelo europeu; os principais defensores do nacionalismo são as massas, e não as elites; o nacionalismo defende a cultura, e não o Estado.¹⁰

Vjeran Katunarić define o nacionalismo como „*politički pokret koji određenu teritorijalnu ili kolektivnu jedinicu – na osnovi različitog kulturnog obilježavanja ili samo različitog tumačenja njezine prošlosti i povijesne sudbine – izdvaja iz nadnacionalnog sustava*“.¹¹

Os sistemas supranacionais são, por exemplo, impérios e imperialismo, bolshevismo e liberalismo. Ele também traz uma exposição sumária das algumas abordagens teóricas sobre os problemas de nação e nacionalismo. Essas abordagens são primordialismo e modernismo (e pós-modernismo).

Segundo os primordialistas, as raízes do nacionalismo residem nas ligações humanas mais antigas. Essas ligações são, por exemplo, relações de sangue, também a língua, a religião, etc. Resumidamente, todas as ligações que separam os grupos das

⁸ Hobsbawm, Eric J. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. – 2nd ed. – Cambridge University Press, UK, 1992, p. 12.

⁹ Castells, Manuel. *The Information Age: Economy, Society, and Culture. Volume II: The Power of Identity*. – 2nd ed. – Wiley-Blackwell, UK, 2010, p. 54.

¹⁰ Castells, Manuel. *Informacijsko doba: Ekonomija, društvo i kultura. Svezak II: Moć identiteta*, Golden marketing, Zagreb, 2002, p. 39-40.

¹¹ Katunarić, Vjeran. *Sporna zajednica - Novije teorije o naciji i nacionalizmu*. Naklada Jesenski i Turk, Hrvatsko sociološko društvo, Zagreb, 2003. p. 89.

peças, ou uma etnia da outra, e quais, potencialmente, representam a fonte de conflito. Katunarić não concorda com esta hipótese e afirma que as ligações primordiais podem também unir, e não apenas separar os povos.¹² Os modernistas, porém, veem a nação como algo novo, moderno, algo que só podia „ver a luz do dia“ com o desenvolvimento da indústria, educação de massas e democratização. Na sua opinião, a nação é inventada ou imaginada e não tem nada a ver com as ligações primordiais.¹³ Katunarić também separa um grupo dos teóricos, os quais chama pós-modernistas. As principais características das abordagens pós-modernas são a ausência duma teoria geral da nação e a rejeição da posição dos modernistas, que afirmam que a nação é uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna.¹⁴

2.2. Formação e desenvolvimento das nações

O aparecimento do iluminismo e racionalismo no séc. XVIII tem como consequência o enfraquecimento da crença religiosa. O surgimento do nacionalismo pode ser entendido como uma tentativa mundana de satisfazer a necessidade de continuidade e de atribuir sentido ao acaso, ou, em outras palavras, como uma tentativa de achar uma alternativa mundana para a vida após a morte, que agora parece cada vez menos provável. Anderson escreve que ele, na verdade, não alega que o nacionalismo surgiu por causa da crise da fé, provocada pelo aparecimento do iluminismo e racionalismo, e liga o seu surgimento „*with the large cultural systems that preceded it*“¹⁵ – à comunidade religiosa e ao reino dinástico.¹⁶

¹² Katunarić, p. 150-154.

¹³ Katunarić, p. 181-184.

¹⁴ Katunarić, p. 265.

¹⁵ Anderson (2006), p. 12.

¹⁶ Anderson (1990), p. 20-21.

A comunidade religiosa é formada por seguidores da mesma religião, e essa religião pode ser a única ligação entre dois seguidores. Eles podem pertencer aos povos diferentes e não se compreender um ao outro, mas todos os seguidores de alguma religião entendem os símbolos da sua religião. Essas comunidades possuem as suas „línguas sagradas“, conforme Anderson, nas quais são escritos os postulados da religião, e os quais são interpretados para o povo „analfabeto“, na sua língua, pelos „escolhidos“, o clero, os que representam a ligação entre o céu e a terra. Essas comunidades, segundo Anderson, enfraquecem continuamente depois da Idade Média. As razões disso são, para ele, o alargamento dos horizontes culturais depois dos descobrimentos geográficos e a „deterioração“ da própria „língua sagrada“ com o desenvolvimento do que chama „capitalismo de imprensa“. ¹⁷ O reino dinástico teve por base o direito „divino“ do rei, que lhe dava legitimidade, o poder e o governo sobre o certo território e a sua população. Essa legitimidade incontestável desaparece lentamente desde o século XVII, e a Revolução Francesa representou um golpe particularmente duro para ela. Com o tempo e sob influência dos movimentos nacionais na Europa, os soberanos europeus – na tentativa de manter a sua legitimidade – recorrem à „marca“ da nacionalidade. ¹⁸ O terceiro conceito cultural que mudou foi a percepção do tempo: *„...in which cosmology and history were indistinguishable, the origins of the world and of men essentially identical“*. ¹⁹

Anderson atribui grande importância na extinção desses conceitos e no desenvolvimento da nação como comunidade imaginada ao „capitalismo de imprensa“, que, com a criação das „línguas impressas“ que tomam o lugar do latim (e do resto das „línguas sagradas“; na Turquia, Atatürk impôs o alfabeto latino em vez

¹⁷ Anderson (1990), p. 21-27.

¹⁸ Anderson (1990), p. 27-29.

¹⁹ Anderson (2006), p. 36.

da ortografia árabe²⁰), cria entre os leitores a consciência da existência dos outros membros da mesma comunidade linguística. Nesta base, na sua mente começa a formar-se o sentimento da unidade com eles. Além disso, com o desenvolvimento rápido da imprensa, as línguas ficam estabilizadas e não mudam tão como antes, o que contribuiu para a criação do que Anderson chama „a imagem de antiguidade“, muito importante na ideia de nação. Também, alguns dialetos destacam-se dos outros e tornam-se oficiais. Eric J. Hobsbawm partilha a opinião de Anderson quanto a importância das línguas nacionais para o nacionalismo, e também faz uma observação interessante sobre a „antiguidade“ dessas línguas. Para os nacionalistas, a língua é a base histórica duma nação. Segundo Hobsbawm, línguas nacionais não foram criadas na base das línguas que o povo na realidade falou. Então, elas sempre contêm um elemento artificial, o que não é na concordância com o seu presumido lugar na base duma identidade nacional.²¹ Como diz Anderson, a fixação das línguas nacionais cria uma *imagem* de antiguidade (onde a antiguidade verdadeira provavelmente não existe).

Esses fatores do processo de desenvolvimento, que Anderson destaca, não são, claramente, universais. As exceções são as colônias dos países europeus. Na América espanhola e no Brasil, por exemplo, a língua nunca foi uma questão importante. Na Europa, porém, os grandes descobrimentos geográficos e o estudo das línguas das civilizações que os colonizadores encontraram nos territórios recém-adquiridos diminuem ainda mais „o sagrado“ do latim, grego e hebraico. Como resultado, os europeus tornaram-se conscientes das inúmeras culturas e línguas, que de modo algum não são menos valiosas das culturas e das línguas europeias. Com o

²⁰ Anderson (1990), p. 49.

²¹ Hobsbawm (1993), p. 59-61.

estudo da história das línguas surge a consciência da sua igualdade, e por isso o período desde o fim do século XVIII até à metade do século XIX era a „era dourada“ da formação das línguas nacionais, o que também era intimamente ligado com o nacionalismo dos muitos povos europeus dessa época.²²

Os monarcas na Europa, na tentativa de manter a sua antiga, „sagrada“ legitimidade do governo sobre um certo território e a sua população, reagem ao surgimento dos movimentos nacionais do século XIX e aceitam a „marca“ da nacionalidade: „*Romanovs discovered they were Great Russians, Hanoverians that they were English, Hohenzollerns that they were Germans...*“.²³ Eles esperavam que a ideia do „império no vestuário nacional“, como a chama Anderson, se tornasse atraente ao povo. Depois da formação da Sociedade das Nações „*the legitimate international norm was the nation-state*“.²⁴

2.3. Caraterísticas da nação

Gellner distingue três épocas do desenvolvimento na história humana – a época de caçadores-coletores, a época de agricultura e a época industrial.²⁵ Ele vê o nacionalismo como resultado da Revolução Industrial. A época industrial traz consigo algumas mudanças importantes em relação à época de agricultura. O industrialismo exige que todos estejam prontos a fazer tudo. Nas condições da divisão do trabalho e das mudanças frequentes do trabalho, é necessário que todos possuam o conhecimento e as competências básicas comuns, que lhes permitirão a adaptação fácil a qualquer local de trabalho e a comunicação com todos os seus colegas (atuais

²² Anderson (1990), p. 66-78.

²³ Anderson (2006), p. 85.

²⁴ Anderson (2006), p. 113.

²⁵ Gellner, Ernest. *Nacije i nacionalizam* (tradução – Tomislav Gamulin, prefácio – Ivan Gamulin). Zagreb: Politička kultura, 1998. p. 25.

e potenciais) através duma língua comum. É necessário que todos possuam a *mesma cultura*, o que pode ser realizado por estabelecimento dum sistema de educação universal. Além da cultura, espalhada pelas escolas, e da Revolução Industrial, o que também tem a grande importância no conceito da nação de Gellner, é o Estado. O Estado é a única forma da entidade política que é suficientemente grande e poderosa para estabelecer, organizar e apoiar financeiramente um sistema de educação universal, sistema que serve para a criação dos trabalhadores profissionalmente flexíveis, o que é crucial para a sustentação e o desenvolvimento duma sociedade industrial. Só o Estado pode garantir a divulgação e a preservação da cultura universal numa sociedade. Também, segundo ele, o nacionalismo só aparece nas sociedades que têm um Estado (e na época industrial, quase todas as sociedades têm um Estado).²⁶ Porque, onde existe o Estado, existe, por definição, o poder.²⁷

No território dum Estado podem existir culturas diferentes que têm acesso diferente ao poder e à educação. Conforme Gellner, estes fatores – a existência das culturas diferentes e o nível do acesso ao educação e ao poder disponível para essas culturas – criam condições prévias para o surgimento do nacionalismo. Ele identifica três formas do nacionalismo. A primeira é chamada a „forma habsburgiana clássica do nacionalismo“ onde a classe dominante tem acesso ao poder e à educação, e a(s) outra(s) cultura(s) não tem(têm) acesso a nada. A outra cultura pode começar a entender a sua posição e, usando vários meios, tentar estabelecer a emancipação da sua cultura e, finalmente, da sua nação, com a sua cultura como a cultura dominante. A segunda forma é a onde todos têm acesso à educação, mas só alguns têm acesso ao poder. Gellner afirma que esse tipo de nacionalismo é o que ajudou na unificação

²⁶ Gellner (1998), p. 23-25.

²⁷ Gellner (1998), p. 39-58.

da Itália, e também da Alemanha. A terceira forma é chamada „o nacionalismo da diáspora“, onde os membros duma cultura têm acesso à uma forma da educação que os faz importantes na sociedade (por exemplo – os judeus, historicamente extremamente capazes nos negócios financeiros), mas por isso não têm acesso ao poder.²⁸

Segundo Hobsbawm, uma nação só se pode tornar uma nação estável e sustentável se satisfaz alguns critérios. Um deles é a economia nacional. Ela deve ser bastante desenvolvida e forte para garantir a sobrevivência e o progresso económico da nação. O outro é o „tamanho“ da nação. Uma nação deve ser formada pelo número dos membros suficiente para manter a sua cultura e a sua independência (ele acha que, no futuro, será difícil para os Estados nacionais com 2 500 000 e menos habitantes manterem a sua independência²⁹), e que ocupam um território suficientemente grande, porque num território grande há, em geral, muitos recursos naturais para explorar, o que, claramente, ajuda à economia (mas não diz qual tamanho ele considera o tamanho mínimo desse território). Então, os movimentos nacionais que não satisfazem estes critérios têm uma chance muito magra para criar uma nação.³⁰

Mas, Hobsbawm considera o critério da grandeza apenas como uma condição prévia para os outros critérios que, acha ele, se mostraram em prática como necessários para que os povos se tornassem nações. Esses critérios são a ligação entre um povo e um país presente ou antigo, a existência duma elite cultural com a sua língua nacional, e a capacidade conquistadora (hoje em dia, este último critério está um pouco a perder a sua importância).³¹

²⁸ Gellner (1998), p. 108-129.

²⁹ Hobsbawm (1993), p. 200.

³⁰ Hobsbawm (1993), p. 33-42.

³¹ Hobsbawm (1993), p. 42-43.

Também, conforme Hobsbawm, os povos querem e reconhecem apenas o governo que será formado das suas próprias fileiras. Ele salienta que os revolucionários franceses não viam nem a língua, nem a etnia, nem a religião como fatores cruciais quanto ao pertencimento a uma nação (os fatores que seriam tomados em consideração nas tentativas futuras de definir a nação) – o que é crucial é a prontidão dos indivíduos para colocar o interesse geral acima do interesse próprio.³²

Na opinião de Castells, uma nação pode existir independentemente do Estado. Ele considera a identidade nacional como suficientemente forte para sobreviver sem o apoio institucional e não acha (por oposição a Gellner e Hobsbawm) que o Estado e as suas instituições sejam uma *condicio sine qua non* para a preservação e divulgação da identidade nacional. Para dar um exemplo de preservação duma nação sem o seu Estado nacional, Castells analisa o caso da Catalunha, que durante séculos existia dentro dos vários Estados (e ainda hoje existe como parte da Espanha), e conseguiu ainda preservar a sua identidade nacional.³³

No seu conceito da nação, a língua é a base da identidade nacional. Ela tem a importância capital para o nacionalismo no mundo de hoje, quando o uso da sua própria língua se torna uma espécie de protesto contra a „hegemonia cultural“ e a dominação global duma língua.³⁴

³² Hobsbawm, Eric J. *Nacije i nacionalizam: Program, mit i stvarnost*. Novi Liber, Zagreb, 1993. p. 23-26.

³³ Castells (2002), p. 37-75. A análise da questão da Catalunha é particularmente interessante à luz da situação atual nessa comunidade autónoma da Espanha. A preservação da identidade nacional catalã fez com que o surgimento do Estado nacional dos catalões se tornasse provável. No dia 1 de Outubro de 2017, dia do referendo sobre a independência da Catalunha, será decidido o futuro da nação catalã.

³⁴ Castells (2002), p. 61.

2.4. Situação nas colônias

Na América colonial (a do Norte e a Latina), as unidades administrativas começaram a ser percebidas como pátrias. Os colonos nascidos nas colônias espanholas na América Latina encontravam-se numa situação um pouco absurda, já que, simplesmente por terem nascido na colônia, eram subordinados à metrópole, embora partilhassem a mesma língua, religião, cultura e origem com a sua população. Além disso, comparado com os colonos da metrópole, os nascidos na colônia encontravam-se na posição pouco invejável. Os *peninsulares*, como Anderson chama os colonos nascidos na Espanha, exerciam a vasta maioria dos cargos oficiais e eclesiásticos, apesar de constituir uma minoria pequena da população geral (Anderson afirma que em 1800 os colonos (nascidos na colônia e *peninsulares*) constituíam cerca de 19% da população das colônias, e deste número os *peninsulares* constituíam apenas 5%).³⁵ E mesmo que um colono da colônia exercesse um cargo oficial, não era possível para ele exercer esse cargo na metrópole, mas ele, em geral, ficava na „sua“ colônia (enquanto a „mudança de casa“ era possibilitada aos *peninsulares*). Anderson aqui também afirma que, além destes fatores, o capitalismo tipográfico era crucial para o surgimento do nacionalismo na América. Esse capitalismo até inadvertidamente, com o tipo das notícias que eram publicadas (jornais relatavam notícias da „nossa“ colônia, ao lado das notícias das „outras“ colônias e da metrópole), criou „*an imagined community among a specific assemblage of fellow-readers*“^{36, 37}

Quanto à „última vaga“ de transformações das colônias nos países nacionais (sobretudo os territórios coloniais na Ásia e África), ela, segundo Anderson, foi

³⁵ Anderson (1990), p. 58.

³⁶ Anderson (2006), p. 62.

³⁷ Anderson (1990), p. 56-65.

facilitada principalmente pelo desenvolvimento do transporte, mas também pela composição étnica da burocracia colonial, que, por causa do tamanho do território colonizado e da numerosa população subjugada, já não podia ser recrutada apenas na metrópole (nem mesmo nas fileiras dos colonos nascidos na colônia). Assim foi permitido o emprego público aos „indígenas“. Esses funcionários foram, além disso, bilingues (nas certas colônias, esse bilinguismo indubitavelmente reforçava ainda mais a consciência da existência de „nós“ e „eles“). O terceiro fator que Anderson menciona foi a educação que foi permitida à população colonizada, por causa da necessidade de força de trabalho e de empregados públicos educados.³⁸ Ademais, existia na educação nas colônias um paradoxo importante, que também contribuiu para o reforço da consciência nacional dos povos subjugados. Eles aprendiam sobre as várias revoluções europeias e sobre as lutas pela independência desses mesmos países (nações) que tiraram a sua independência.³⁹ Deste sistema de educação surgiam intelectuais que, afirma Anderson, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento do nacionalismo no território das colônias.

3. Formação da nação brasileira

3.1. *Aventureiros preguiçosos*

Para entender o Brasil moderno, é preciso, segundo Sérgio Buarque de Holanda, analisar alguns traços psicológicos e sociais do povo que colonizou o Brasil, e cuja cultura foi central na formação da cultura e da nação brasileira – os portugueses.

³⁸ Anderson (1990), p. 104-105, 126.

³⁹ Anderson (1990), p. 107-108.

Buarque distingue dois tipos de pessoas – aventureiros e agricultores – e coloca os portugueses no primeiro grupo. O aventureiro tira do mundo à sua volta quantidades ilimitadas de tudo o que quer. Quando os recursos são gastos num lugar, ele muda para o outro, agindo da mesma maneira. Ele despreza o trabalho árduo e monótono. Essas características são visíveis na produção agrícola que os portugueses estabeleceram no Brasil, onde, ao invés de tentar modernizar essa produção, implementaram os métodos de cultivo agrícola aprendidos dos índios. Também, depois de se terem esgotados os recursos num lugar, a propriedade inteira simplesmente deslocava.⁴⁰

Além dos portugueses, os holandeses também queriam conquistar o Brasil. Buarque destaca alguns fatores cruciais que impediram os holandeses de tomar o Brasil das mãos dos portugueses. Um fator foi a língua. O português foi mais próximo aos índios e negros, e portanto foi mais fácil de aprender. O segundo fator foi o catolicismo, os valores e as crenças do qual foram mais próximos a um homem simples, do que os do protestantismo. O terceiro foi a indisponibilidade dos holandeses para a miscigenação racial.⁴¹

O motivo por que os portugueses e os outros povos europeus iniciaram a caminhada pelos oceanos mundiais foi o comércio. O objetivo principal foi achar o caminho para o rico Oriente (em primeiro lugar para a Índia). Quando, durante essa procura, foi descoberta a América, isso foi visto apenas como um obstáculo ao alcance da meta verdadeira. A ideia de povoar o novo território só apareceu quando os exploradores (ou seja, comerciantes) perceberam o seu potencial mercantil e quando se tornou

⁴⁰ Buarque de Holanda, Sérgio. *Raízes do Brasil*. – 1ª ed. – Lisboa: Gradiva, 2000, p. 28-38.

⁴¹ Buarque de Holanda, p. 52-54.

óbvio que, para a exploração eficaz dos recursos naturais, fosse preciso o povoamento. Então, o que motivou os portugueses para povoar o Brasil foi a perspectiva de ganhos imensos. As condições climáticas específicas do Brasil favorecem o cultivo das plantas cujos produtos e derivados foram, nessa altura, extremamente procurados, mas escassos na Europa. Este foi o caso, primeiramente, do açúcar. O potencial para o comércio dessas culturas raras e desejadas atraiu um certo número dos portugueses para o Brasil. Mas, eles quiseram ser donos e não lavradores. A consequência natural disso foi o déficit de mão de obra, o que fez com que antes do início do tráfico de escravos, além dos índios, muitos europeus fossem também submetidos ao trabalho escravo. Então, ainda no início da história brasileira nasce o sistema social que seria dominante durante séculos e cujas consequências são visíveis ainda hoje. O sistema no qual domina uma pequena parte da sociedade que, na realidade, não faz nada e ganha lucros enormes graças ao trabalho da outra parte da população, parte muito maior – agricultores e trabalhadores pobres e, em primeiro lugar, escravos. O Brasil foi criado como uma colônia concentrada na produção, cujos recursos e produtos foram destinados a possibilitar o progresso e a prosperidade da metrópole. É neste quadro que se formam a sociedade e a nação brasileiras e é esse papel colonial, segundo Prado Jr., o „sentido“ da evolução brasileira.⁴² O conhecimento desse papel é crucial para o entendimento do Brasil moderno. Ele também oferece uma definição do Brasil contemporâneo: „o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual“.⁴³

⁴² Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero). – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 15-29.

⁴³ Prado Jr., p. 8. O livro foi publicado pela primeira vez em 1942.

3.2. História, administração e política

Ainda relativamente cedo na história brasileira há eventos que podem ser entendidos como as provas do certo nível da consciência nacional brasileira. A ação quando, em 1654, „*brasileiros de todas as classes sociais*“ (ou seja, as pessoas de todas as raças) expulsaram os holandeses do Recife pode ser vista, segundo Skidmore, como o início do nacionalismo brasileiro.⁴⁴ Quanto às relações do Brasil com os países vizinhos, o Brasil tinha relativamente pouco problemas. Deixando de lado as guerras com os espanhóis, a Argentina e a Guerra do Paraguai, as fronteiras do Brasil estabeleceram-se na maneira relativamente pacífica, nos acordos com os espanhóis. Por esses acordos, foram anexados ao Brasil alguns territórios no interior do continente que, na realidade, ninguém controlava e onde quase ninguém vivia. As guerras que durem décadas nunca tiveram lugar no Brasil.

3.2.1. Agitações regionais

A consciência de que o Brasil é uma „coisa“ diferente de Portugal surgiu principalmente por motivos económicos e sociais. Tanto as elites como o povo eram insatisfeitos com o governo de Portugal nessas áreas da vida brasileira. As receitas da exportação brasileira iam para Portugal e a colônia também pagava altos impostos. Esses factos incomodavam os brasileiros ricos, que até começaram a planejar revoltas contra os portugueses. As rebeliões mais importantes contra a metrópole nas décadas que antecederam a Independência foram a Inconfidência Mineira em 1789, a Conjuração dos Alfaiates em 1798 e a Revolução Pernambucana em 1817. É preciso destacar, porém, que todos esses movimentos foram provinciais ou regionais,

⁴⁴ Skidmore, Thomas E. *Uma História do Brasil* (tradução – Raul Fiker). – 4ª ed. – São Paulo: Paz e terra, 2003, p. 28.

e não nacionais. Podem, no entanto, ser entendidos como nacionais, porque nessa altura as províncias (capitanias) ainda eram entendidas como nações pelas suas elites e pelo seu povo. Os organizadores da Inconfidência Mineira foram os membros da elite, e o único organizador popular foi José Joaquim da Silva Xavier, o militar e dentista, chamado Tiradentes. Essa rebelião foi dirigida contra o governo português com o objetivo de criação da República. A revolução fracassou quase antes de começar, os conspiradores foram presos, e o único inconfidente condenado à morte foi Tiradentes – o único organizador que não pertencia à elite. O seu martírio fê-lo, com o tempo, um herói nacional. A Conjuração dos Alfaiates na Bahia foi a rebelião dos soldados e dos artesãos negros e mulatos (mas também dos brancos). Este foi talvez a primeira revolução social na história do Brasil. Ela também não se concretizou – quatro dos organizadores foram condenados à morte e o resto foi encarcerado antes do início da rebelião. Os objetivos foram, entre outros, a abolição da escravidão e a criação da República.⁴⁵

3.2.2. Situação administrativa no Brasil antes da chegada da Corte.

A administração colonial brasileira não passava de mera extensão da administração da monarquia portuguesa encabeçada pelo rei. As maiores unidades administrativas eram as províncias chamadas capitanias. As capitanias eram regidas pelo órgão chamado Conselho Ultramarino que tratava diretamente dos negócios de todas as colônias portuguesas. Unidades administrativas de nível mais baixo eram comarcas, termos, freguesias e bairros. À frente de cada capitania era o governador (cujo título diferia de capitania a capitania). A natureza da função do governador era principalmente militar (cada capitania tinha as suas forças armadas), mas ele também

⁴⁵ Fausto, Boris. *História do Brasil*. – 14ª ed. atual. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 98-104.

tratava de todos os outros negócios administrativos da sua capitania. O governador respondia diretamente à metrópole. Ele também participava no trabalho dos alguns outros órgãos administrativos. O órgão mais importante da administração local da colônia era o Senado da Câmara encabeçado pelo juiz. A função do juiz no período colonial unia os poderes administrativos e judiciais. Ele e os outros membros da Câmara eram escolhidos nas eleições populares e indiretas (o direito de voto era muito limitado). Não existia, também, a separação clara entre as autoridades da Câmara (governo local) e as do governador (governo geral). O que assegurava o cumprimento das leis e o governo dos órgãos administrativos eram os corpos da ordenança, cuja primeira função era a das forças armadas, mas que na verdade eram um tipo das forças policiais. A Igreja, além de ser um corpo religioso de grande importância para a vida pública e privada do Brasil colonial, constituiu também o corpo administrativo. O poder eclesiástico era, no período colonial, completamente nas mãos do rei. Os problemas maiores da administração colonial foram os seguintes: a separação de poderes do Estado (Executivo, Judicial e Legislativo) praticamente não existia; a corrupção era onipresente e estendia-se também à Igreja; nas funções administrativas não existia a especialização. Por fim, as instituições administrativas não tinham quase nenhuma jurisdição nas grandes propriedades (fazendas e engenhos), onde o poder do proprietário foi incontestado.⁴⁶

3.2.3. *História política depois da chegada da Corte*

Quando as Guerras Napoleônicas alcançaram as fronteiras de Portugal, a Corte portuguesa, ajudada pelos ingleses, foge da invasão francesa e transfere-se para o Brasil em 1808. Devido à doença mental da rainha Maria I, o *de facto* governador do

⁴⁶ Prado Jr., p. 316-361.

Reino torna-se Príncipe Regente D. João VI, que começa imediatamente a modernizar o Brasil e a fundar instituições que na Europa foram onnipresentes, e que ainda não existiam no Brasil: „...o príncipe fundou... a *Biblioteca Nacional*, o *Jardim Botânico*, o *Banco do Brasil* e *faculdades médicas na Bahia e no Rio de Janeiro*. A Coroa também instalou as primeiras tipografias...“.⁴⁷ Com a Corte chegou no Brasil o aparelho inteiro do Estado português, e o Rio de Janeiro tornou-se a capital do Reino de Portugal.

Antes da chegada da Corte os portugueses não permitiam o comércio nos portos brasileiros aos outros países. A situação mudou em 1808, quando Dom João VI abriu os portos às nações amigas, o que foi feito como um favor aos britânicos que ajudaram a Corte portuguesa na fuga da invasão Napoleónica. Até essa data, os britânicos foram os principais comerciantes ilegais no Brasil (e não era tão raro que nas suas „travessuras“ fossem ajudados pelas autoridades coloniais portuguesas).⁴⁸ Em 1815 D. João declarou o Estado do Brasil como parte igual do Reino.

A situação na colônia, porém, não se pacificou com a chegada da Corte. A Revolução Pernambucana de 1817 uniu as classes mais baixas, os comerciantes brasileiros e até os juízes e os membros do clero contra a dominação económica e militar portuguesa no Brasil (embora os ricos e os pobres tivessem ideias diferentes sobre a vida após a independência). Além disso, os portugueses centralizaram o país no Rio de Janeiro, no Sudeste, o que afetou negativamente a economia do Nordeste. A Revolução começou em Recife e espalhou-se por todo o Nordeste. Os revolucionários até proclamaram a República em 1817, mas neste mesmo ano os portugueses ocuparam Recife e derrotaram a Revolução.⁴⁹ A meta da revolta foi „*um Brasil livre de*

⁴⁷ Skidmore, p. 58.

⁴⁸ Prado Jr., p. 241-250.

⁴⁹ Fausto, p.110-112.

qualquer realeza“.⁵⁰ É importante salientar que os republicanos, para a divulgação das suas ideias, usaram o jornal „*Tifis Pernambucano*“, que confirma o papel que o surgimento da imprensa teve na formação das nações.

Prado Jr. atribui a Independência do Brasil não à *ideia* da independência, mas aos fatos reais que tornaram intolerável a situação na colônia. Para ele, cada colônia é destinada à independência por causa da situação insustentável provocada pelo próprio sistema económico colonial, que, no caso do Brasil, „*acabou por se tornar insuficiente para manter a estrutura social que sobre ela se constituíra e desenvolvera*“.⁵¹ Então, os fatores económicos ficam no centro da dissolução do sistema colonial. No Brasil, os recursos naturais economicamente interessantes iam sendo esgotados. Com tempo apareceu uma grande massa de pessoas sem qualquer papel económico e social. Começaram as lutas entre os vários grupos da sociedade brasileira.⁵² Os brasileiros que apioavam a independência eram os „*grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil*“⁵³, mas também alguns portugueses com os interesses financeiros no Brasil. Prado Jr. também destaca o papel importante da maçonaria na Independência brasileira. Ele afirma que o objetivo dos maçons foi derrubar as monarquias europeias, incluindo Portugal, e por isso procuraram provocar agitações de qualquer forma no Brasil (a independência ou não, não importava muito), esperando que elas acelerassem o processo.⁵⁴

⁵⁰ Skidmore, pág. 64.

⁵¹ Prado Jr., p. 381.

⁵² Prado Jr., p. 387.

⁵³ Fausto, p. 113.

⁵⁴ Prado Jr., p. 393.

Dom João VI regressou a Portugal em 1821, instruindo o seu filho Pedro assim: „...se porventura houver um rompimento entre os dois reinos... escolher o Brasil “. ⁵⁵ No dia 9 de janeiro de 1822 Pedro recusa-se a regressar a Portugal e torna-se Pedro I, o primeiro imperador do Brasil independente. Um dos primeiros atos do Pedro I foi a formação do Exército brasileiro. Portugal, obviamente, tentou recuperar o Brasil militarmente, mas sem êxito, e em 1825 o Brasil independente foi reconhecido por Portugal. A independência do Brasil foi atingida quase pacificamente: o Estado nacional brasileiro surgiu sem traumas maiores e sem uma guerra terrível e devastadora.

A Assembleia Constituinte foi formada em 1823 para elaborar a Constituição, mas o imperador a dissolveu, e depois aprovou a sua Constituição em 1824. Segundo essa Constituição, o governo do Brasil era „monárquico, hereditário e constitucional“ ⁵⁶. A religião oficial do país era a religião católica romana. Mas, não se mencionava a legitimidade divina do imperador. Os escravos foram quase completamente excluídos da Constituição. O país foi dividido nas províncias governadas pelos presidentes. O direito do voto era indireto e dependia dos requisitos estritos. Além do imperador, os órgãos do governo principais eram o Senado e a Câmara dos Deputados, fortemente influenciados pelo imperador. Ele próprio elegia os representantes no Senado, e a eleição foi vitalícia. Ele também escolhia os presidentes das províncias. Foi criado o Conselho do Estado, cujos membros vitalícios eram os brasileiros ricos escolhidos pelo imperador. Eles aconselhavam o imperador e os outros órgãos de governo nas questões de grande importância nacional. O imperador também tinha o poder de veto sobre as decisões da Câmara dos Deputados (e do Senado), o direito de a dissolver

⁵⁵ Skidmore, p. 59.

⁵⁶ Fausto, p. 128.

e convocar as novas eleições para formá-la de novo, e além disso nomeava e demitia os ministros do Estado. Todos esses poderes provinham do Poder Moderador do imperador, criado pela Constituição de 1824 e sobreposto aos outros três poderes do Estado. As competências do imperador foram absolutistas e „a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma“⁵⁷.⁵⁸

Quando o Brasil atingiu a independência, quase nada mudou no funcionamento do país. Embora agora existisse o Estado nacional, ele funcionou de uma maneira copiada da metrópole, e até com a mesma dinastia encabeçando-o. A Independência do Brasil não foi o resultado dum movimento nacional, mas dos esforços dos vários grupos de interesses.

A Guerra da Cisplatina contra a Argentina e a „Noite das Garrafadas“ no Rio em 1831, quando os pró-brasileiros assaltaram as casas dos pró-portugueses, enfraqueceram a posição do Pedro I, que volta para Portugal.

A maneira em que o país deveria ser conduzido no futuro tornou-se uma questão crucial para a elite brasileira, a questão ao qual grupos diferentes ofereceram respostas diferentes. Existiram três grupos e cada um tinha a sua visão do futuro do Brasil. Os „liberais moderados“ queriam que o Brasil permanecesse um império sob o governo do Pedro II e independente de Portugal. Os „absolutistas“ desejaram o retorno do Pedro I e a restauração do „reino unido“ de Portugal e do Brasil. O terceiro grupo, os „exaltados“, exigia a maior autonomia e até a independência das províncias. Nessa altura (anos 1830), segundo Skidmore, a maioria da população brasileira

⁵⁷ Fausto, p. 131.

⁵⁸ Fausto, p. 128-131.

apoiava a monarquia hereditária e também identificava a sua identidade nacional com a sua província (a situação similar à na América espanhola), e não com o Brasil inteiro. Essa situação, com as três facções tentando impôr a sua visão do Brasil, originou os conflitos. Em 1834, os regentes que governavam o Brasil depois da partida do Pedro I (o seu filho, Pedro II, tinha apenas 8 anos de idade), promulgaram o Ato Adicional, que deu um vasto leque de poderes políticos e económicos às províncias. Foram criadas as Assembleias Provinciais com poder de nomear os funcionários públicos e com a maior liberdade financeira. Essa descentralização foi provavelmente entendida nas províncias como um sinal da fraqueza do governo central. Em algumas províncias começaram rebeliões armadas que acabaram por se tornar verdadeiras guerras, visto que cada um dos grupos tinha os seus planos para a determinada província. Mas, no final, uma quinzena de rebeliões foi esmagada, o Ato Adicional foi revogado, e, com ele, a descentralização que a lei trouxe. Nessa maneira, o Brasil „esquivou-se“ ao destino da América espanhola, que se desintegrou em muitos países e paisinhos. Além disso, Pedro II tornou-se o rei com apenas 14 anos de idade – acabou o período da Regência. Os „absolutistas“ uniram-se com os „liberais moderados“ em 1836 (porque Pedro I morreu) e em vez de três grupos apareceram dois partidos – Partido Conservador (pró-imperial) e Partido Liberal (pró-regional). Ambos os partidos apoiavam, todavia, a monarquia, e representavam os interesses não do povo, mas das várias elites.⁵⁹

A Guerra de Paraguai (1864-1870) mostrou todas as fraquezas do Brasil. Primeiramente, não era possível vencer na guerra sem os escravos (aos escravos que participassem na guerra foi prometida a liberdade após a guerra). Brasil precisou de quase 6 anos para derrotar o exército do Paraguai, muito mais pequeno do que o

⁵⁹ Skidmore, p. 63-73.

brasileiro. O ardor patriota do início da guerra rapidamente desapareceu e o sonho do Pedro II de que essa guerra faria do Brasil uma nação moderna, foi desfeito. Além disso, algumas decisões do Pedro II (por exemplo, quando concedeu o mandato para formar o governo aos conservativos, embora os liberais tivessem a maioria na Câmara dos Deputados) levantaram suspeitas sérias quanto à legitimidade da monarquia. Nessa altura, a nação brasileira estava em crise.⁶⁰

A insatisfação dos militares com a falta da liberdade e a corrupção dentro do Exército foi um fator muito importante na queda da monarquia. Além dos militares, o outro fator crucial na queda foram os interesses da burguesia cafeeira paulista, agrupada principalmente no Partido Republicano Paulista, que advogava a federação e a maior liberdade das províncias por causa dos seus interesses financeiros – as pessoas mais ricas da província queriam dispor do seu dinheiro como muito bem entendessem. A Igreja foi também insatisfeita com a sua dependência do Estado.⁶¹

O movimento republicano começou a fortalecer na década de 1870, embora as ideias republicanas no Brasil existissem desde o fim do século XVIII, sob a influência da Revolução Francesa. Os objetivos dos republicanos eram a criação da República, a federalização do país, a abolição da escravatura e as maiores liberdades e direitos dos cidadãos.⁶² Na segunda metade do séc. XIX ganhou força também o movimento positivista. Um dos postulados centrais do positivismo é o que *„toda asserção racionalmente justificável pode ser cientificamente verificada ou capaz de prova lógica ou matemática“*.⁶³ Isso ofereceu uma alternativa atraente ao, segundo Skidmore, *„ethos católico dissolvente“*, embora a dissolução desse *ethos*, mesmo como a

⁶⁰ Skidmore, p. 83-90.

⁶¹ Fausto, p. 196-198, 200-202.

⁶² Fausto, p. 195-196.

⁶³ Skidmore, p. 98.

influência do positivismo fossem muito limitados no Brasil. O positivismo foi popular entre os militares, porque o fundador do positivismo Auguste Comte considerava a ditadura republicana como o melhor sistema do governo. Nesse tipo de sistema, os militares brasileiros viram o espaço para a forte influência, ou mesmo para a ditadura militar.⁶⁴ A nova geração dos comandantes do Exército quis resolver os problemas nessa organização, como, por exemplo, sanear o grande fosso social entre os comandantes e os soldados e o orçamento militar insuficiente, e não era tão raro que criticassem a inércia do governo nessas questões.⁶⁵ Então, essas novas ideias, que se espalhavam pela Europa desde o início do séc. XVIII e que tiveram o papel grande na queda do sistema monárquico na Europa, também afetaram a vida nas colônias.

3.2.4. Queda da monarquia

A monarquia foi derrubada no dia 18 de Novembro de 1889 num golpe militar influenciado pelos republicanos, e a família real foi expulsa do Brasil e foi para Portugal (seguida por uma parte da elite brasileira). O primeiro governo da República Velha foi militar. Além disso, os primeiros três presidentes do Brasil foram militares. A primeira Constituição republicana foi promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891. A República recém-criada foi concebida como república federativa e liberal, com a grande autonomia econômica e judicial dada aos Estados (antigas províncias). O novo chefe do país foi o presidente da República, e exercia o Poder Executivo. Entre as outras competências, ele nomeava e demitia os ministros. O Poder Moderador deixou de existir. O Poder Legislativo foi dividido entre a Câmara dos Deputados e o Senado. A eleição no Senado deixou de ser vitalícia. O direito de voto tornou-se direto e universal, e uma certa parte dos brasileiros masculinos maiores de 21 anos (foram excluídos,

⁶⁴ Skidmore, p. 97-100; Fausto, p. 198-199.

⁶⁵ Skidmore, p. 99.

por exemplo, os analfabetos) obteve o direito de votar. Além disso, aos todos os cidadãos foi garantido o direito „à liberdade, à segurança individual e à propriedade“. ⁶⁶ Enfim, o Estado e a Igreja foram separados. ⁶⁷

A criação da República não foi, no entanto, um triunfo do povo, mas exclusivamente dos vários grupos de interesses, principalmente dos cafeicultores e dos círculos militares. O povo nem lutava nem se interessava por ela.

Durante a Primeira República as elites políticas defendiam os seus interesses e os da elite económica, à qual em geral pertenciam. Nessa altura o Estado de São Paulo já se tornou o mais forte e mais capaz de proteger os seus interesses. Junto com o Estado de Minas Gerais, São Paulo implementava uma política chamada „café com leite“. O nome originou do fato de que as pessoas mais influentes em São Paulo nessa altura eram os cafeicultores, e em Minas o eram os leiteiros. Então, esses dois Estados dominavam a cena política por maior parte da República Velha. Da importância dessa aliança fala o fato de que o conflito entre os dois Estados em torno do candidato presidencial nas eleições de 1930 provocou, ajudado pela crise económica mundial, a crise política do país, que resultou em presidência e, depois, regime autoritário de Getúlio Vargas, que liderou o país por quinze anos seguidos, centralizando-o e industrializando-o. ⁶⁸

Buarque vê a nação brasileira como incapaz de qualquer forma da cooperação estruturada para fins de desenvolvimento administrativo, económico e político do país. Ele entende essa incapacidade como um legado psicológico dos colonizadores portugueses, no carácter dos quais predominava o individualismo. Essa incapacidade

⁶⁶ Fausto, p. 216.

⁶⁷ Fausto, p. 214-217.

⁶⁸ <http://www.infoescola.com/historia/politica-do-cafe-com-leite/>

de ver a perspectiva geral, de entender que a estruturação, organização e cooperação entre todas as partes da sociedade leva à prosperidade e ao progresso, é, segundo Buarque, bem enraizada na mentalidade brasileira. Ele acrescenta que os brasileiros sempre valorizavam muito mais a importância das relações interpessoais simples.⁶⁹ Para Buarque, um dos principais obstáculos ao estabelecimento dos sistemas administrativo e político do tipo ocidental foi a implementação do modelo „familiar“ nesses sistemas no Brasil. O modelo familiar, político e administrativo, refere-se ao modo de governar o Estado orientando-se, no processo de tomada de decisões, pelas relações e pelos interesses pessoais.⁷⁰ Esse tipo de corrupção tem sido sempre um dos grandes problemas da nação brasileira. Na verdade, parece que os republicanos brasileiros na sua Constituição simplesmente copiaram os postulados republicanos e democráticos tirados das constituições dos outros países, sem intenção de os respeitar, o que é particularmente óbvio na „política do café com leite“.

3.3. Economia

A economia fica no centro da formação da nação brasileira, e como um dos principais fatores do atraso dessa formação. Os portugueses interessavam-se só na exploração dos recursos brasileiros e nos ganhos rápidos. Não viam o Brasil como um lugar com a sua sociedade e as suas necessidades económicas, administrativas e políticas independentes das de Portugal. Durante o período colonial não existia a economia nacional. Tudo se centrava na exploração destinada à exportação, o que só mudou com o crescimento da população, quando se tornou inevitável desenvolver e diversificar a economia que sustentaria essa população. Na época colonial os setores mais destacados da produção foram a agricultura, o setor extrativo (mineração, coleta

⁶⁹ Buarque de Holanda, p.46-48.

⁷⁰ Buarque de Holanda, p. 143.

das frutas da floresta e dos rios) e a pecuária. A maioria da produção acontecia perto dos portos, porque quase todos os produtos foram destinados ao mercado europeu. A agricultura tinha o papel central desde o início da colonização até bem dentro do século XX. Com a abertura dos portos em 1808 chega a liberalização da economia brasileira, e com algumas outras medidas do D. João VI, como, por exemplo, a introdução dos subsídios para certas indústrias e a importação das novas máquinas da produção, o Brasil finalmente „começou a recuperar terreno“ em termos da economia.⁷¹ No entanto, só com o estabelecimento da República começa, embora lentamente, o desenvolvimento da indústria.

3.3.1. Agricultura

A agricultura foi a ossatura da economia brasileira durante mais de quatro séculos. Hoje participa na economia brasileira com cerca de 5,5% do produto interno bruto do país, e com 20% dos trabalhadores empregados no setor agrícola.

A agricultura colonial foi subdesenvolvida, usavam-se métodos de cultivo atrasados, e não se usavam as novidades tecnológicas. Segundo Prado Jr., o setor agrícola no período da colônia é caracterizado pelos três elementos complementares: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo.⁷² Essas eram as componentes essenciais da produção agrícola. Desse tipo da organização da produção, que se desenrolava nas fazendas e nos engenhos, onde vivia grande número de escravos e outros empregados sem qualquer oportunidade de melhoria da sua situação material e social, e cujo „sentido da vida“ foi o de tornar mais rico o seu dono branco e a metrópole, diretamente resultaram a injusta distribuição da riqueza e a estratificação

⁷¹ Fausto, p. 106.

⁷² Prado Jr., p. 123-124.

social brasileira: o enorme número de pobres no fundo da sociedade e o pequeno número de ricos no topo.

O nome "Brasil" provém da planta pau-brasil, que foi o primeiro produto de exportação do Brasil, antes de ser superado pela cana de açúcar. Cana de açúcar foi cultivada nas propriedades chamadas engenhos. Eles incluíam os canaviais, a casa de engenho (onde a cana se transformava em açúcar, aguardente, etc.), a casa-grande (onde vivia o dono do engenho) e a senzala (alojamento onde viviam os escravos).⁷³ Prado Jr. nota que os engenhos de açúcar empregavam, em geral, mais de oitenta escravos.⁷⁴ No período entre 1600 e 1700 a cana de açúcar trazia cerca de 90-95% das receitas de exportação brasileira, e o país é ainda hoje líder mundial na exportação de açúcar, com quase 43% do açúcar no mercado mundial chegando do Brasil.⁷⁵

Com o crescimento da importância do algodão na indústria têxtil mundial, ele tornou-se, na segunda metade do século XVIII, o principal produto de exportação do Brasil, ultrapassando o açúcar. O declínio na exportação do algodão, que provocou a decadência da produção algodoeira no Brasil, ocorreu na primeira metade do século XIX, com o declínio dos preços do algodão no mercado mundial.⁷⁶

Além do algodão e açúcar, o terceiro produto importante da agricultura colonial foi o tabaco, cuja importância diminuiu no início do século XIX. Outros produtos de exportação da colônia foram arroz, cacau e anil.⁷⁷ Esses produtos foram destinados quase exclusivamente ao mercado internacional.

⁷³ <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/engenho-acucar.htm>

⁷⁴ Prado Jr., p. 153-154.

⁷⁵ <http://www.worldstopexports.com/sugar-exports-country/>

⁷⁶ Prado Jr., p. 154-159.

⁷⁷ Prado Jr., p. 159-162.

A produção agrícola para as necessidades internas passava-se em menor escala do que a chamada pelo Prado Jr. a „grande lavoura“. Ocupava o território muito mais pequeno e produzia os gêneros diferentes – feijão, mandioca, milho, trigo, indigueiro. Ocorria principalmente nas partes especialmente designadas das fazendas. Por causa do pequeno volume de produção relativo às necessidades da população, a fome foi frequente no Brasil colonial. A mandioca foi durante séculos o alimento mais importante no Brasil.⁷⁸

Na segunda metade do séc. XIX a produção do café tornou-se o setor mais importante da economia brasileira. A produção cafeeira, porém, não se diferenciava muito das grandes produções do período colonial (da produção açucareira, por exemplo). O cafeeiro era cultivado nas grandes propriedades, e no cultivo era usado, até a abolição, o trabalho escravo. Usavam-se também os métodos de cultivo atrasados, os mesmos como no período colonial. Quando o solo deixou de ser fértil, a produção simplesmente mudava para o novo solo. As novidades tecnológicas também não eram usadas – arado começou a empregar-se só no fim do século. Mas, uma mudança importante foi que, agora, *„as receitas de bem produzir não se herdaram pela tradição e convívio... mas são aprendidas, por vezes, nas escolas e nos livros“*.⁷⁹ As maiores regiões cafeeiras do país eram São Paulo, Rio de Janeiro e Vale do Paraíba (que fica entre as primeiras duas), „abençoadas“ com as condições de clima e de solo favoráveis para o cultivo de café. Com o desenvolvimento da produção cafeeira na região de Centro-Sul, caiu a produção açucareira do Nordeste, por causa do deslocamento da força de trabalho. Além disso, o declínio da produção açucareira foi provocado também pela falta da inovação, mas apesar disso continuava a ser a

⁷⁸ Prado Jr., p. 164-176.

⁷⁹ Buarque de Holanda, p. 143.

segunda produção mais importante do Brasil.⁸⁰ Os outros produtos agrícolas importantes do Brasil na República Velha eram o arroz, feijão, milho e algodão.

3.3.2. *Mineração*

Nas primeiras décadas do século XVIII foram descobertas as minas no interior do Brasil, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Num momento o Brasil era o maior produtor mundial do ouro. Quando se esgotaram as fontes das minas facilmente acessíveis e quando tudo o que ficou foram as rochas duras, o conhecimento da mineração quase inexistente juntamente com as capacidades tecnológicas muito limitadas causaram a queda da mineração brasileira, cuja história no período colonial durou apenas meio século. A mineração renasceria mais tarde, na independência (só que o explorador não seria o Brasil, mas a Inglaterra).⁸¹

3.3.3. *Pecuária*

No período colonial, além das minas, a atividade económica mais importante no interior do país foi a criação de gado. Ela ocorria perto dos centros agrícolas e mineradores e foi estabelecida para fornecê-los de comida. Então a criação passava-se no sertão nordestino perto dos centros açucareiros na Bahia e em Pernambuco, no Sul (por exemplo em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul), onde as fazendas de gado forneciam o Rio de Janeiro, São Paulo e os centros mineradores, e na Bacia Amazônica. As secas da segunda metade do séc. XVIII esvaziaram os sertões de Nordeste, e a criação de gado nordestina nunca se recuperou desse golpe. Consequentemente, o maior centro da pecuária torna-se o Rio Grande do Sul.⁸²

⁸⁰ Fausto, p. 160-164.

⁸¹ Prado Jr., p. 177-194.

⁸² Prado Jr., p. 195-221.

3.3.4. Indústria

A indústria foi completamente ignorada, e até proibida no período colonial (ou ao menos até a transferência da Corte). Portugal tinha medo da independência económica do Brasil e proibia todas as ações que, na época, poderiam ter sido interpretadas como os passos nessa direção. Por isso foi obstruída a tentativa da separação da indústria têxtil das grandes propriedades em 1785. Essa proibição foi levantada em 1808.⁸³ Esse tratamento da indústria continuou mesmo até a década de 1920. No fim do século XIX, por exemplo, a indústria fazia menos de 10% da economia do país. Os setores da indústria colonial brasileira dignos de nota foram: indústria têxtil, indústria de ferro, olaria, cerâmica e indústria dos curtumes.⁸⁴

Na maior parte do século XIX a Bahia foi o centro da produção têxtil, a maior indústria brasileira nessa altura. No fim do século, a produção mudou para Minas Gerais e o Rio de Janeiro. O Rio tornou-se o maior centro industrial do país por causa do dinheiro ali concentrado, do acesso à força de trabalho e do uso da energia a vapor. O outro centro industrial importante foi o Estado de São Paulo, que se tornou o líder industrial do Brasil na década de 1920. O Rio Grande do Sul foi também o Estado industrial destacado do país, o têxtil e as bebidas os seus principais produtos. A Amazônia destacava-se com a produção da borracha, o que foi o segundo produto da exportação mais importante do Brasil nessa altura, depois do café. Lembremos que, na história brasileira, o desenvolvimento económico de alguma parte do país foi sempre acompanhado dum período da forte imigração na respetiva região ou capitania/província/Estado, o que também foi o caso com esses quatro centros mencionados aqui. Voltando ao assunto, os ramos da indústria brasileira mais

⁸³ Prado Jr., p. 237.

⁸⁴ Prado Jr., p. 232-240.

importantes no período de que estamos a falar foram a indústria têxtil e a dos alimentos.⁸⁵

Fausto destaca a dependência do Brasil da importação dos produtos industriais básicos, por exemplo de cimento, aço, ferro e máquinas, como o principal obstáculo ao desenvolvimento industrial do país. A intervenção do Estado nessa área foi insuficiente. Essa situação mudou um pouco nos anos 20, com a fundação de algumas fábricas desses produtos básicos. Nessa década o Brasil finalmente começou a diminuir a dependência da produção agrícola. Os principais parceiros comerciais estrangeiros do Brasil nessa altura foram a Grã Bretanha e os Estados Unidos, que, de um lado, compravam os produtos brasileiros, investiam e emprestavam ao Brasil montantes avultados de dinheiro, vitais para a sustentação da economia ainda fraca do país, e, do outro, contribuíam a essa fraqueza defendendo os seus investimentos e interesses nessa economia, na qual participavam muitas empresas americanas e britânicas.⁸⁶

A Crise de 1929 fazia o Estado proteger, pela primeira vez, a indústria e o mercado nacionais, que permitiu ao Brasil uma recuperação relativamente rápida após a Crise. A indústria séria, isto é, controlada pelo Estado, começa a desenvolver-se apenas nos anos 1930. Os trabalhadores eram analfabetos (porque a maioria da força de trabalho eram os ex-escravos negros e mulatos e os seus filhos), e os empregadores preferiam os imigrantes, que eram, até certo ponto, alfabetizados e mais capacitados para trabalhar na indústria, porque chegaram dos países onde a industrialização já tinha acontecido. A força de trabalho analfabeta e sem instrução representava um grande obstáculo à industrialização do Brasil na primeira metade do séc. XX, mesmo como

⁸⁵ Fausto, p. 246-249.

⁸⁶ Fausto, p. 246-253.

más condições de trabalho e mau tratamento dos empregados, o que só começou a mudar com a presidência de Getúlio Vargas.⁸⁷ No fim da Primeira República a atividade industrial fazia cerca de 20% da economia do país, o dobro do que fazia trinta anos antes, e a produção agrícola caiu para menos de 70%.⁸⁸

As maiores provas do atraso da economia brasileira colonial (e pós-colonial) são as seguintes: a economia foi dependente do afluxo constante de escravos; quando os recursos foram esgotados num lugar, a produção simplesmente transferia-se para um outro lugar; as únicas fontes da energia no Brasil foram, durante séculos, apenas os homens, os animais e a energia hídrica. A ausência total de qualquer inovação no setor agrícola, mesmo das inovações que foram introduzidas na produção europeia e da América do Norte há décadas ou mais, durou ainda em pleno século XIX. A política de Portugal foi sempre a do isolamento do Brasil a todos os níveis, o que é uma das causas principais dessa falta duradoura do progresso na agricultura.

3.4. Sociedade

3.4.1. Distribuição da população

A população do Brasil foi, desde o início da colonização, concentrada numa estreita faixa litoral. Nessa área, que constitui cerca de 10% do território brasileiro, vivia no início do século XVIII, segundo Prado Jr., cerca de 60% da população brasileira.⁸⁹ Os fatores que, historicamente, impediam a povoação mais significativa do interior foram a inacessibilidade, as condições desfavoráveis para a agricultura e os índios hostis, que, expulsos do litoral pelos portugueses, ocuparam o interior da colônia.⁹⁰ Os

⁸⁷ Skidmore, p. 118-121.

⁸⁸ Fausto, p. 242-244.

⁸⁹ Prado Jr., p. 37.

⁹⁰ Prado Jr., p. 55-72.

maiores centros de povoação eram os portos mais importantes da colônia. Esses portos eram os pontos mais significantes para o comércio do Brasil, cuja produção, quase inteira, foi destinada ao mercado europeu.

Essa desproporcionalidade na distribuição da população é um facto constante na história brasileira, e o deslocamento da capital para o interior na metade do séc. XX foi uma tentativa para remediar esse desequilíbrio. A exceção foi a descoberta das minas na primeira metade do século XVIII, principalmente em Minas Gerais e Goiás (e também, em menor escala, no Mato Grosso), que provocou o deslocamento da população do litoral (principalmente de São Paulo) para o interior. As migrações da população foram diretamente ligadas com o potencial para a atividade económica. Nada disso foi planejado e organizado, não existiu, ainda no fim do século XVIII, nenhuma estratégia coerente do desenvolvimento económico da qualquer parte do país. Ganhos rápidos e, se fosse possível, sem grande esforço, foi o princípio orientador dos líderes da produção económica brasileira. Então, o litoral foi esvaziado e o interior prosperou. Mas, quando as minas de ouro foram esgotadas, a situação de novo mudou em proveito da faixa litoral (provocando também a expansão de São Paulo). Todavia, esses centros da atividade mineradora permaneceram centros importantes no interior do país, com a sua população virando-se para a agricultura e a pecuária. Quanto à população do litoral, ela não foi, de forma alguma, uniformemente distribuída. Certos pontos, com a terra fértil, ou com as boas condições naturais em geral, e que representavam a localização favorável para a construção dos portos, tornaram-se centros de povoamento, deixando grandes partes do litoral, sem essas condições, despovoadas. Os maiores centros de povoamento no litoral foram, no período colonial, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.⁹¹

⁹¹ Prado Jr., p. 33-54.

Segundo os resultados do recenseamento demográfico de 1872, no Brasil nessa altura viveram 3,8 milhões de brancos e 6,1 milhões de africanos e mestiços. A população brasileira crescia rapidamente e no fim do século XIX já atingiu 17 milhões das pessoas. Em relação à população de apenas um século antes, isso representava o crescimento de 520%.⁹² As maiores cidades brasileiras, por volta da virada do século, foram Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém e São Paulo. Vinte anos mais tarde, São Paulo tornar-se-ia o segundo centro urbano mais importante do país. Depois, passou a ser o mais importante.

3.4.2. Grande propriedade, cidade e as classes brasileiras

Os portugueses ricos tornavam-se proprietários na nova colônia. Os que dispunham de muito dinheiro, mas não suficiente para se tornarem proprietários, tornavam-se comerciantes. Muito poucos eram advogados e médicos, porque este tipo de educação era acessível ao pequeno número dos ricos, e eles preferiram muito mais ser fazendeiros e funcionários públicos destacados, do que se dedicar aos estudos árduos do direito e da medicina na Europa (essas escolas ainda não existiam no Brasil). Os outros, com menos dinheiro e opções limitadas, tornavam-se feitores, mecânicos ou artesãos.⁹³ A maioria dos artesãos trabalhava nas cidades por causa da demanda maior. Os artesãos foram organizados em corporações de ofício, mas muito mais livremente organizadas do que as guildas na Europa.⁹⁴ A especialização não existia em quase nenhum setor da vida colonial – todos faziam tudo. Prado Jr. escreve sobre o clero: „...*muitos são fazendeiros; era eclesiástico o melhor farmacêutico de São João Del Rei... um outro sacerdote vendia tecidos no balcão da*

⁹² Sobre a população do Brasil antes do censo de 1872 existem apenas as estimativas. Aqui referimos a estimativa do Celso Furtado, apresentada no seu livro, *Formação Econômica do Brasil*. – 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 119.

⁹³ Prado Jr., p. 296-297.

⁹⁴ Prado Jr., p. 233-234.

sua loja...”.⁹⁵ O acima mencionado clero era constituído primeiramente pelos brancos (mas também pelos mestiços) e representava a classe mais educada na sociedade brasileira, a única verdadeira inteligência do país, que também se envolvia na educação.⁹⁶

As classes centrais da sociedade colonial brasileira eram os senhores e os escravos, mas além deles houve uma parte significativa que existia, quase invisível, entre essas duas e que consistia das pessoas muito pobres que não tinham recursos para melhorar a sua situação. Essa porção da sociedade consistia de negros (escravos foragidos), mestiços, índios e brancos. Eles não podiam encontrar trabalho porque a maioria do trabalho na colônia era realizada pelos escravos. Alguns deles, para sobreviver, prestavam serviços pequenos, outros tornavam-se criminosos e vadios, ou „soldados“ ao serviço de algum dono rural que lutava contra o seu vizinho.⁹⁷

Durante muito tempo as fazendas e os engenhos, ou seja, as grandes propriedades, eram os centros da vida social do Brasil. A „razão de ser“ das grandes propriedades (e, afinal de contas, do Brasil em geral) foi o cultivo das plantas cujos derivados, frutos e sementes eram destinados à venda no mercado mundial. As principais características das grandes propriedades eram a autarquia e o patriarcado. Numa propriedade viviam o dono com a sua família, os escravos e vários artesãos e faz-todos livres. Ali também plantava-se a comida e criava-se o gado para as necessidades alimentícias da família do dono e do pessoal da propriedade. Nas fazendas e nos engenhos frequentemente se estabeleciam oficinas dos carpinteiros, dos ferreiros e dos outros artesãos; acontecia até a produção têxtil, que de novo mostra a auto-suficiência dessas grandes

⁹⁵ Prado Jr., p. 360.

⁹⁶ Prado Jr., p. 297-298.

⁹⁷ Prado Jr., p. 298-302.

propriedades.⁹⁸ Houve até as capelas onde se celebravam as missas para os habitantes da propriedade, e Prado Jr. escreve que desta maneira até a Igreja se encontrava, em certa medida, dentro da esfera de influência dos proprietários.⁹⁹ O proprietário, ou seja, o fazendeiro, dirigia a fazenda. A ele eram subordinados todos – desde os membros da sua família aos escravos. Na fazenda ele tinha o poder absoluto, o poder com o qual nem os órgãos judiciários interferiam – na sua propriedade, ele era o júri e o juiz.¹⁰⁰ A importância das fazendas e dos engenhos começou a diminuir com o surgimento da urbanização no início do século XIX, o que, todavia, não ocorreu „de um dia para o outro“. A área rural, onde foi concentrada quase toda a vida colonial, dominava sobre as cidades por mais de 300 anos, quando, por exemplo, na Europa, a função principal das áreas rurais foi atender às necessidades das cidades. Ademais, a população do Brasil tornou-se predominantemente urbana apenas na década de 1960.¹⁰¹

Nos primeiros dois séculos da colonização, a população urbana foi muito pequena. Ali viviam predominantemente os artesãos pequenos, assim como os oficiais que, por natureza do seu trabalho, tinham de viver nas cidades. A urbanização séria do país começa no período da Primeira República. Com a redução da produção açucareira cresceu a produção do café. O produtor de café deixou de viver na sua fazenda, e mudou para a cidade. A cidade de São Paulo tornou-se o segundo maior centro urbano do Brasil, o centro da imigração e a sede de muitos bancos e empresas. Essa urbanização, porém, não significava que o Brasil de repente deixou de ser um país rural. No fim da República Velha, a população urbana constituía apenas um quarto da

⁹⁸ Buarque de Holanda, p. 70-74.

⁹⁹ Prado Jr., p. 305.

¹⁰⁰ Buarque de Holanda, p. 70-74.

¹⁰¹ <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/urbanizacao-no-brasil.htm>

população total. Com a urbanização surgiu a classe média. Mas, ainda não existia a classe média urbana consolidada e capaz de assumir a liderança na vida social e no Estado. Os novos donos urbanos são os antigos donos rurais. E eles são os portadores das mesmas ideias e do mesmo sistema do governo que foram presentes nas fazendas. Quanto aos negros, a política das elites brasileiras foi a de os deslocar para a periferia das cidades, para que não estragassem a imagem das cidades brasileiras, a imagem que tinha de ser dominada pela cor branca. Foi assim que surgiram as favelas, uma das características do Brasil mais conhecidas no mundo.

Urbanização, industrialização e diversificação do trabalho causaram o surgimento da classe operária nas cidades do Brasil. Visto que as informações e as ideias espalham-se mais livremente na cidade do que no campo, as áreas mais urbanizadas e industrializadas, o Distrito Federal e o Estado de São Paulo, tornaram-se centros dos movimentos da classe trabalhadora do país – formam-se os sindicatos e organizam-se greves. Uma parte dos trabalhadores advogava a implementação do socialismo. Toda essa atividade, porém, não produziu o efeito desejado, nomeadamente as grandes melhorias na posição dos trabalhadores, mas é importante para destacar, porque esse surgimento e os movimentos da classe operária representam uma etapa relevante na „viagem“ da nação brasileira para a modernidade.¹⁰² No entanto, a melhoria da posição dos trabalhadores chegou com a presidência de Getúlio Vargas.

3.4.3. *Escravidão*

A escravidão ficava no centro da sociedade colonial brasileira, e as consequências da escravidão são visíveis ainda hoje na estrutura social do Brasil. No início da colonização, os portugueses escravizavam os indígenas. Visto que a mão de obra

¹⁰² Fausto, p. 254-258.

indígena não era suficiente para manter a produção agrícola do Brasil, os portugueses voltaram-se para uma fonte mais rica de mão de obra – escravos africanos. Os índios constituíam a maioria dos escravos até o século XVII, quando começa o tráfico em massa de escravos da África. Os escravos africanos, provenientes das várias comunidades etnolinguísticas, chegaram sobretudo do Estuário do Rio Congo, portadores das culturas diferentes e trouxeram consigo diferentes costumes e tradições. Entre 3 e 5 milhões de escravos africanos, consoante fontes de informação, chegaram no Brasil desde o início do tráfico negreiro em meados do séc. XVI até o fim em meados do séc. XIX. Embora o tráfico fosse, sob a pressão dos ingleses, legalmente proibido em 1831, essa lei, a Lei Feijó, foi promulgada apenas „para inglês ver“. ¹⁰³ O tráfico continuou durante vinte anos, quando o tráfico internacional foi finalmente proibido pela Lei Eusébio de Queirós de 1850. ¹⁰⁴ Os escravos eram o „produto“ importado brasileiro mais importante. O tráfico doméstico continuou até a abolição.

Os escravos não tinham nenhum direito e eram a propriedade do seu senhor. Alguns escravos fugiam e organizavam, entre os séculos XVI e XIX, as povoações dos escravos foragidos chamadas *quilombos*. Os quilombos eram, no grande esquema das coisas, insignificantes e não mudaram nada no funcionamento do país, mas é digno de nota o caso do Quilombo dos Palmares, que contava, na certa altura, cerca de 30 000 pessoas e que conseguiu preservar a sua independência por quase um século. ¹⁰⁵ Todavia, em geral, as revoltas dos escravos e dos outros membros das classes baixas foram esmagadas com rapidez e eficácia e por isso não representavam

¹⁰³ Fausto, p. 167. „Lei para inglês ver“ tornou-se mais tarde o ditado brasileiro, que se refere às regras que não são cumpridas em prática.

¹⁰⁴ Fausto, p. 168.

¹⁰⁵ Skidmore, p. 35.

o verdadeiro perigo para a elite. Essa eficácia foi também um dos principais fatores que possibilitaram a preservação da unidade do Brasil.

A abolição da escravidão no Brasil acontecia em fases, com a aprovação de três leis. A maioria dos cafeicultores opunha-se à cessação do tráfico de escravos e à abolição, porque achavam que não seria possível manter a produção rentável sem o trabalho escravo. Antes da Independência, uma das razões nacionalistas por que uma parte da sociedade brasileira advogava a abolição foi o fato de que só Portugal se beneficiava do tráfico de escravos. As pressões foram malsucedidas. Então, a primeira lei aprovada relativa a abolição foi a Lei do Ventre Livre (1871) que garantiu a liberdade aos filhos das escravas, mas apenas quando completassem 21 anos. Depois chegou a Lei do Sexagenário que libertou os escravos de mais de 65 anos de idade. Visto que a esperança de vida da vasta maioria dos escravos foi muito mais curta, essa lei também não trouxe a mudança necessária. Por fim, no dia 13 de Maio de 1888, foi aprovada a Lei Áurea, que ordenou a abolição total no Brasil.¹⁰⁶ Além da importância óbvia para os direitos humanos no Brasil, a abolição da escravatura finalmente iniciou os processos de industrialização, deagrarização e urbanização.

3.4.4. Papel dos negros, índios e imigrantes

As consequências do número enorme dos escravos importados da África, mesmo como da numerosa imigração de todo o mundo, são visíveis na composição racial do Brasil de hoje, com mais de 43% da população declarando-se como *pardos* (mestiços) conforme censo demográfico do Brasil de 2010.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Skidmore, p. 100-103.

¹⁰⁷ <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2094>

O papel dos escravos africanos no Brasil colonial foi simples. O negro era um mero instrumento usado para a satisfação das necessidades económicas da metrópole, e mais tarde do Brasil (assim como a negra satisfazia as necessidades sexuais do senhor branco). Esse papel dos negros como escravos e nada mais privou-os da sua cultura e da sua identidade e fez com que eles nunca organizassem revoltas em massa e nunca rebelassem significativamente contra os poderes que os mantinham numa posição deplorável. A elite branca, que dominaria a economia e a sociedade brasileiras por quatro séculos, tomando e influenciando todas as decisões importantes quanto ao rumo político, económico e social do país, via os negros no fundo da sociedade brasileira, como um mal necessário (porque sem a mão de obra dos africanos, o Brasil se desmoronaria) e como uma ameaça à imagem do Brasil que essa elite queria mostrar ao mundo civilizado. E essa imagem devia ser dominada pela cor branca. O racismo foi uma normalidade na vida colonial e pós-colonial, mas também foi um tipo específico do racismo. Os brancos eram, obviamente, dominantes na sociedade brasileira, mas o acesso aos alguns empregos e aos cargos públicos, que tradicionalmente foram reservados para os brancos, foi com o tempo permitido aos mulatos de pele mais branca, que até tinham a oportunidade de se tornar renomados membros da sociedade.¹⁰⁸ Os mulatos de pele mais escura e os negros eram, durante séculos, excluídos de qualquer participação na vida pública do país. Mas, nesse modo, a diversidade racial entrou „pela porta dos fundos“ nas classes mais altas da sociedade brasileira.

Por muito tempo, os índios constituíam um problema de pouca importância para o governo. O primeiro que começou a lidar com o problema da posição dos indígenas foi o marquês de Pombal. Ele expulsou do Brasil os jesuítas, que queriam

¹⁰⁸ Skidmore, p. 41-43, 101.

„monopolizar“ o índio, e regulamentou a posição dos índios na sociedade brasileira. Antes disso, os jesuítas educavam e catequizavam os índios nas aldeias isoladas, principalmente na Amazônia. O trabalho escravo dos índios foi proibido (a escravização da gente indígena seria reintroduzida mais tarde). Além disso, aos índios foi imposta a língua portuguesa, o que foi muito importante para a uniformização da população, porque na altura ainda existiam áreas onde os habitantes, predominantemente índios, usavam as línguas indígenas. A meta de todas essas reformas foi „preparar (o índio) para a vida civilizada“¹⁰⁹, ou seja, assimilá-lo na sociedade brasileira. Com o tempo seriam assimilados e incluídos na nação brasileira quase todos os índios, além de algumas tribos que ainda vivem na Amazônia sem quase nenhum contato com o mundo civilizado.¹¹⁰ Depois das reformas pombalinas, a criação do Serviço de Proteção ao Índio em 1910 constituía o primeiro esforço significativo para melhorar as condições da vida da população indígena.

É interessante que os índios nunca foram alvo do racismo e da discriminação na medida em que o foram os negros. Os casamentos entre os brancos e indígenas nunca foram mal vistos (é claro que estes foram principalmente os casamentos entre os homens brancos e as mulheres indígenas), e até foram permitidos pelo Alvará Régio de 1755. Aos filhos desses casamentos foi permitida a participação normal na vida social e económica da colônia.¹¹¹

Prado Jr. destaca a mestiçagem como „sem duvida o... traço característico mais profundo e notável“¹¹² da (formação da) nação brasileira. A mestiçagem entre os brancos e os índios e, mais tarde, entre os brancos e os negros mudou profundamente

¹⁰⁹ Prado Jr., p. 97.

¹¹⁰ Prado Jr., p. 94-110.

¹¹¹ Buarque de Holanda, p. 42-43.

¹¹² Prado Jr., p. 102.

a composição racial do Brasil e anulou a superioridade numérica da raça branca. A mestiçagem dos brancos e dos negros foi mais frequente, simplesmente por causa do maior número dos negros do que dos índios. Essa frequência não foi influenciada nem pelo facto de que ao Brasil chegavam muito mais homens negros do que as mulheres, por causa da natureza do trabalho que devia ser feito na colônia. Prado Jr. atribui esse frequente cruzamento das raças à falta das mulheres brancas no Brasil. Os homens portugueses quase exclusivamente chegavam sozinhos, seja porque não tinham uma família, seja porque primeiramente queriam preparar tudo para a sua chegada. A mestiçagem dos negros e índios foi rara porque ambas as raças foram dominadas (quer dizer, com o acesso sexual muito limitado) e foram raramente em contato.¹¹³

Os imigrantes que chegaram no Brasil nos primeiros três séculos foram quase exclusivamente os portugueses. Depois da abolição, a imigração da Europa aumentou fortemente. Desde a proclamação da República até a crise de 1930 quase 4 milhões de imigrantes chegaram no Brasil. Um grande número deles, porém, regressou aos seus países, desiludido com a vida no Brasil. Os motivos subjacentes dessa imigração de grande escala foram as necessidades da produção cafeeira, e a causa foi a abolição da escravatura. Os donos de fazendas de café não queriam empregar os negros e os mulatos livres. Na sua opinião, eles eram preguiçosos e inferiores ao trabalhador europeu. O Estado garantia o auxílio financeiro aos imigrantes que chegarem no Brasil para trabalhar nas fazendas do café. No século XIX, a maioria dos imigrantes eram portugueses (nos primeiros quatro séculos, eles sempre lideravam a imigração no Brasil). Na altura de que estamos a falar, a imigração mais numerosa era a italiana, seguida por portuguesa, espanhola, alemã e japonesa. Italianos e espanhóis chegavam das culturas semelhantes e falavam a língua semelhante, o que

¹¹³ Prado Jr., p. 110-120.

facilitou a sua assimilação na sociedade brasileira. O maior número dos imigrantes dirigiu-se para o Estado de São Paulo. Também, a maioria dos imigrantes destinou-se para a agricultura, particularmente para a lavoura do café. Assim a necessidade de mão de obra mudava durante séculos a composição étnica do Brasil.¹¹⁴

No fim, não podemos omitir de mencionar a imigração croata. Segundo Rafael Padula Maradei, os croatas, até ao fim da Segunda Guerra Mundial, imigravam para o Brasil por razões económicas (depois imigravam por razões políticas). A imigração começou em 1885, com a decadência das companhias de navegação a vela localizadas na costa croata. O império Austro-Húngaro, do qual as terras croatas faziam parte nessa altura, foi despreparado para a introdução da navegação a vapor. A segunda causa da imigração foi a „abertura“ (abaixamento dos impostos) do mercado austro-húngaro ao vinho italiano, o que provocou a crise económica na Dalmácia, onde „todos“ produziam vinho. Padula Maradei cita também algumas outras causas da imigração: a população agrária demasiadamente grande, as doenças das plantas, etc.¹¹⁵ Segundo Milan Puh, é difícil estimar a população croata no Brasil de hoje. Ele coloca o número dos imigrantes croatas e dos seus descendentes entre 20 000 e 100 000 pessoas.¹¹⁶

3.5. Transporte

Na formação duma nação as comunicações têm o papel de grande importância. As comunicações brasileiras no período colonial eram divididas em comunicação litoral e comunicações interiores. A comunicação litoral ocorria quase exclusivamente por via

¹¹⁴ Fausto, p. 236-242.

¹¹⁵ *A Croácia no Brasil: Histórias de uma Imigração*. Milan Puh (Org.), Rafael Padula Maradei, Roger Cavalheiro Silva. São Paulo, 2015, p. 38-44.

¹¹⁶ Puh, p. 30.

marítima a acompanhava a costa brasileira ao longo do todo o seu comprimento, do extremo norte ao extremo sul. Era muito mais usada e importante do que as linhas de comunicação interiores. As comunicações interiores incluíam os seguintes setores: o rio Amazonas com as suas numerosas afluentes, o Nordeste, o Centro-Sul e o Sul. Essas comunicações ocorriam por vias terrestres e fluviais. Foram estabelecidas e usadas primeiramente para o transporte de mercadorias, ou seja, para fins económicos. Mas também serviam como ligações entre os vários centros de povoamento no território grande do Brasil. As pessoas desses centros comunicam, misturam-se e forma-se entre eles um sentimento de unidade. Além disso, a outra razão de ser dessas vias de comunicação era a proteção das fronteiras da colônia nos territórios em disputa, especialmente no Sul. No transporte de mercadorias por vias terrestres (estradas) usavam-se primeiramente os escravos, e mais tarde os animais de carga. As estradas do período colonial eram de má qualidade e não eram mantidas. Encontramos o mesmo nível da indolência nas vias fluviais. Além disso, devido à preguiça e à indolência dos planejadores, nenhuma ou mínimas alterações do relevo eram feitas para facilitar e simplificar as viagens. Tudo isso, claramente, prolongava consideravelmente as viagens e tornava-os em verdadeiras aventuras. O nível tecnológico usado no transporte era também baixíssimo, por exemplo os carros puxados a boi eram muito raros.¹¹⁷

A introdução do vapor na navegação no século XIX aumentou ainda mais a importância da via marítima e diminuiu o uso das comunicações interiores, até a introdução do caminho de ferro. A importância que a exportação do café tinha para a economia brasileira exigia inovações no setor de transportes. A década de 1850 marcou o início do desenvolvimento do tráfego ferroviário, facilitado pelo apoio

¹¹⁷ Prado Jr., p. 251-281.

financeiro do Estado aos construtores dos caminhos de ferro. Os maiores financeiros e construtores de caminhos de ferro nessa altura eram os ingleses.¹¹⁸ Antes disso, nada mudou em termos de transporte das mercadorias no interior do país – eram usados os animais de carga e os escravos.

3.6. Educação

A primeira atividade educacional no Brasil foi a „catequese“, ensinada pelos jesuítas.¹¹⁹ Eles educavam os indígenas, que nessa maneira se tornaram as primeiras pessoas a ser educadas no Brasil. A ideia europeia da educação em massa não foi divulgada no Brasil, e não era raro que até as classes altas fossem sem instrução. A sua chance foi a educação na Europa. A jovem elite brasileira, na busca da educação, partia para o „velho continente“, primeiramente para a Universidade de Coimbra. Depois da expulsão dos jesuítas, o marquês de Pombal estabelece as Aulas Régias – o Estado assumiu o controlo da educação, que já não estava nas mãos da Igreja. Este foi o primeiro sistema verdadeiro do ensino público na colônia, embora acessível a uma pequena parte da sociedade. As Aulas abrangiam, no início, o ensino de humanidades e letras, gramática do latim, a língua grega e a retórica, incluindo mais tarde, entre outras, as aulas de Filosofia Moral e Racional, Economia Política e de Língua Francesa.¹²⁰ Para apoiar financeiramente o sistema das Aulas Régias „*foi criado um imposto especial, o subsídio literário – para sustentar o ensino promovido pelo Estado*“. ¹²¹ O clero fundava os seminários, que foram „*os primeiros institutos do ensino superior na colônia*“. ¹²² Depois da chegada da Corte, Dom João VI fundou em

¹¹⁸ Fausto, p. 169-171.

¹¹⁹ <http://navegandohistedbr.comunidades.net/a-educacao-no-periodo-colonial-1500-1822>

¹²⁰ <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4566>

¹²¹ Fausto, p. 97.

¹²² Prado Jr., p. 297.

1808 as Escolas da Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, que foram as primeiras instituições brasileiras do ensino superior fundadas pelo Estado, o que representa o atraso de dois séculos e meia em comparação com as primeiras instituições do ensino superior na América espanhola. Com a chegada da Corte foi também fundada a Academia Militar no Rio de Janeiro. Após a Independência foram fundadas as faculdades de direito em São Paulo e Olinda/Recife, mas no Império do Brasil e na Primeira República as tentativas de implementar um sistema da educação mais amplo fracassaram. No fim do século XIX, apenas 20% da população era alfabetizada e *„...somente 16,85% da população entre seis e quinze anos frequentavam escolas“*.¹²³

A enorme massa analfabetizada e a pequena elite educada era a imagem do Brasil no fim do século XIX, como, aliás, nos séculos anteriores. A primeira tentativa mais séria do estabelecimento dum sistema do ensino moderno foi a do presidente Getúlio Vargas. Em 1930 Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública. Foi organizado o ensino secundário, assim como o ensino superior (a educação primária ainda ficava de lado). O Estado tomou o controlo completo sobre o sistema educacional. A necessidade da profissionalização da força de trabalho e da divisão do trabalho surgiu com a industrialização do país e essa nova política da educação foi precisa para acompanhar o desenvolvimento económico do Brasil. Essas reformas não foram realizadas na maneira desejada, embora fosse óbvio o progresso no sistema educacional: em 1940, 56% dos maiores de quinze anos foram analfabetos, e 21% das crianças entre cinco e dezanove anos frequentavam escolas.¹²⁴

¹²³ Fausto, p. 202.

¹²⁴ Fausto, p. 335.

3.7. Língua

Os portugueses aspiraram divulgar a sua língua e a sua cultura entre os índios e os africanos. Nisso ajudou a repressão e a assimilação das indígenas, e a escravização dos indígenas e dos negros. Mas, essa divulgação não aconteceu imediatamente. A língua dos indígenas, tupi, que os jesuítas padronizaram, foi a língua talvez mais falada no Brasil durante os séculos XVI e XVII. Na área paulista, a miscigenação dos colonos portugueses e dos índios foi talvez mais frequente do que na qualquer outra parte do Brasil e é perfeitamente possível que as classes mais baixas, onde a miscigenação era mais comum, poderiam ter usado a „língua geral paulista“¹²⁵ mais do que a portuguesa. O português, segundo as fontes citadas pelo Buarque, predomina em São Paulo desde o século XVIII.¹²⁶ A contribuição africana e indígena para a língua portuguesa do Brasil é visível principalmente no léxico. Todavia, a língua portuguesa foi, na verdade, a única opção para a língua oficial no Brasil, onde a língua nunca foi a questão nacional importante.

3.8. Imprensa

A primeira oficina de imprensa no Brasil foi aberta em 1747, mas foi fechada quase imediatamente pela ordem do rei. O início da imprensa no Brasil, então, data do início do século XIX e começa com a chegada da Corte. Nessa altura a imprensa já foi bastante difundida na Europa, mas também na América espanhola. Oficinas de imprensa foram estabelecidas na Cidade do México em 1535 e em Lima em 1584.¹²⁷ Então, a imprensa brasileira chegou com o atraso de quase três séculos. O objetivo

¹²⁵ A língua que pertence ao grupo das línguas tupi, falada na área paulista primeiramente nos séculos XVI e XVII.

¹²⁶ Buarque de Holanda, p. 130.

¹²⁷ Buarque de Holanda, p. 118.

dessa política foi tornar impossível a divulgação das ideias „perigosas“, que podiam representar uma ameaça ao sistema colonial estabelecido no Brasil, assim como ao governo monárquico português. Foi preciso impedir a divulgação da ideia da independência do Brasil, e essa introdução atrasada da imprensa é provavelmente uma das razões de preservação da unidade da América portuguesa.

O primeiro jornal brasileiro foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), mas foi publicado pela Imprensa Régia, a primeira editora portuguesa, criada pelo decreto real, o que significa que o jornal foi subjugado à censura rigorosa.¹²⁸

Depois da Independência e do enfraquecimento da censura, surgem outros jornais. Os nacionalistas pernambucanos, que advogavam a federação e a república, sempre com a forte retórica anti-portuguesa, expressavam as suas ideias nos jornais como, por exemplo, *O Tamoio*, *Sentinela da Liberdade* e *Tífis Pernambucano*.¹²⁹ A imprensa tinha também um papel importante na Revolução Praieira de 1848 em Pernambuco, especialmente o jornal *Diário Novo* e a revista *O Progresso*, onde eram espalhadas as ideias socialistas.¹³⁰ Um dos jornais mais importantes dos republicanos foi *A Federação*. Mas, ainda no fim da República Velha „a imprensa escrita existia apenas para os brasileiros alfabetizados mais ricos das cidades grandes“¹³¹. Telégrafo e rádio foram os meios principais de comunicação em massa.

3.9. Identidade cultural e nacional

A cultura do Brasil é baseada na cultura portuguesa, influenciada pela cultura africana e, em menor escala, pela cultura indígena. Ela também foi influenciada pelas várias

¹²⁸ Fausto, p. 109.

¹²⁹ Fausto, p. 131.

¹³⁰ Fausto, p. 152-154.

¹³¹ Skidmore, p. 144.

culturas trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos. Esta mistura fez com que essa cultura ultrapassasse os preconceitos raciais e se tornasse não portuguesa, nem africana, nem indígena, mas brasileira. Todavia, a contribuição das culturas africana e indígena foi, no passado, limitada por causa do papel dos portadores dessas culturas no sistema colonial estabelecido no Brasil. Os negros eram numerosos, mas culturalmente podiam contribuir muito pouco à cultura dominante. Na economia colonial, a „razão de ser“ dos escravos era a produção económica e todo o resto não importava de modo algum. A sua expressão de qualquer outra maneira fora do trabalho foi sufocada.¹³²

A cultura brasileira no passado incorporava também os elementos das culturas dos povos que não imigravam para o Brasil, principalmente os elementos da cultura francesa. Essa influência é mais visível no pensamento, onde os republicanos e militares brasileiros aceitaram as ideias iluministas e positivistas, a maioria das quais originou na França. Foi também visível no início do século XX, no período da urbanização, quando a vida cultural e a arquitetura da então capital brasileira foi fortemente influenciada pela arquitetura e pela cultura do Paris.¹³³

As primeiras tentativas da formação da identidade nacional e cultural brasileira datam do século XIX, do governo do Pedro II. Ele viu-se como um brasileiro. Aprendeu guarani, uma das línguas indígenas, e apoiava os artistas e cientistas brasileiros. Em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹³⁴ Esse Instituto escreve a história brasileira numa tentativa de estabelecer a identidade nacional brasileira e promover a unidade de todos os brasileiros, não omitindo nenhum dos vários grupos

¹³² Prado Jr., p. 285-315.

¹³³ Skidmore, p. 110-112.

¹³⁴ Skidmore, p. 73-75.

étnicos que contribuíram à formação do Brasil. Da Academia Imperial de Belas Artes saem as pinturas majestosas, que mostram vários acontecimentos da história brasileira.¹³⁵ As obras da literatura brasileira no período colonial foram influenciadas pela literatura portuguesa, especialmente pelo Camões. A elite intelectual brasileira começou a desenvolver a literatura nacional depois da Independência. Na literatura e no resto das artes, o índio, na verdade marginalizado, assimilado e escravizado, começou a ser glorificado como o brasileiro original; os árcades brasileiros também faziam nas suas obras os seus retratos românticos. Tudo isso foram os elementos importantes da criação da mitologia nacional brasileira.

Além disso, Carlos Lessa afirma que o mito nacional brasileiro é o mito dum „Eldorado“, da „Terra Prometida“, com a natureza maravilhosa cheia de recursos e que, um dia, permitirá a vida próspera aos todos os habitantes. Mas, enquanto isso não acontecer, é preciso suportar as dificuldades da situação presente.¹³⁶

A primeira tentativa compreensiva da criação da identidade nacional foi a do Getúlio Vargas. O samba, o Carnaval, e o futebol tornaram-se parte da identidade nacional cultural brasileira. Na Era Vargas, essa cultura começa a ser espalhada pelo rádio. Todo o Brasil ouvia as transmissões dos jogos da seleção nacional brasileira, todo o Brasil gostava da samba, o que ajudou a formar o sentido da unidade do povo brasileiro.¹³⁷

¹³⁵ <http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/construcao-nacao-brasileira.html>

¹³⁶ Lessa, Carlos. „Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira“. Estudos avançados vol. 22 no. 62. São Paulo, 2008, p. 245.

¹³⁷ <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/a-identidade-nacao-brasileira.htm>

4. Nação brasileira

O processo da formação nacional brasileira foi duradouro por várias razões, e agora analisaremos alguns deles.

Segundo Anderson, o surgimento das nações e do nacionalismo deve-se à dissolução dos dois sistemas culturais – da comunidade religiosa e do reino dinástico. A comunidade religiosa nunca se dissolveu no Brasil. Desde a chegada dos portugueses e o início da divulgação da fé cristã na colônia, o Catolicismo tornou-se, e nunca deixou de ser, um elemento importante da vida brasileira. Os postulados do iluminismo, racionalismo e positivismo nunca chegaram ao povo brasileiro. O brasileiro nunca pensou que Deus talvez não exista. Então, visto que o povo nunca sofreu a crise da fé por causa dessas novas correntes de pensamento, não foi preciso substituir a comunidade religiosa com algum outro tipo da comunidade, por exemplo, com a nação. A estória do reino dinástico é um pouco diferente. Embora o reino, ou seja, o império dinástico existisse no Brasil até 1889, ele nunca foi baseado na legitimidade divina do imperador. Pedro I não explicava o seu direito ao governo da nação brasileira pela legitimidade divina. Esse conceito foi abandonado na Europa e não fazia sentido ressuscitá-lo no Brasil. Para assegurar a sua legitimidade, o imperador escolheu o „império no vestuário nacional“ de Anderson. Ele tornou-se brasileiro, com a legitimidade de governar o Brasil e os brasileiros.

Ademais, a formação brasileira teria acontecido mais rapidamente se a imprensa tivesse sido introduzida mais cedo. Sem os jornais na língua portuguesa, trazendo notícias do Brasil, das outras colônias e da metrópole, não poderia ter sido formado o sentimento da unidade entre os brasileiros. Sem a imprensa não foi possível para eles começar a diferenciar a sua colônia de Portugal. Além disso, a ausência da imprensa

preveniu a divulgação, pelos livros e pelos jornais, das ideias modernas que já se tornaram o padrão na Europa. Então, podemos deduzir que foi a política de Portugal proibir a introdução da imprensa no Brasil por causa do medo da formação da identidade nacional brasileira, que, junto com as ideias liberais europeias, conduziria à independência do Brasil.

Quanto à língua, ela nunca foi uma questão revolucionária importante. A língua do Brasil não difere (substancialmente) da língua da metrópole e por isso alguma „língua impressa nacional“, conforme Anderson, nunca se tornou uma questão revolucionária importante. A língua portuguesa foi, na verdade, um fator importante de coesão social – ela uniu os povos indígenas, os africanos e os portugueses, e ajudou a formação do sentimento da unidade entre eles (a situação semelhante à nas outras colônias portuguesas, onde o português serviu – e ainda serve – como língua franca entre vários grupos linguísticos).

No início mencionámos as três épocas do desenvolvimento humano distinguidas por Gellner – as épocas de caçadores-coletores, de agricultura e de indústria. Depois da análise da economia brasileira nesse trabalho, não é difícil concluir que a época de agricultura foi a mais duradoura, e talvez a causa principal da lentidão da formação nacional do Brasil. Segundo Gellner, o nacionalismo surge apenas na época industrial, ou seja, depois da Revolução Industrial. Então, no país que ainda não entrou na época industrial, o nacionalismo não pode surgir. Durante mais de trezentos anos o Brasil foi a colônia cuja única função foi a produção agrícola. Nessa produção não foi introduzida nenhuma inovação. A máquina a vapor, a pedra angular da Revolução Industrial, foi introduzida no Brasil apenas na metade do século XIX, e ainda por muito tempo não foi largamente usada. A importância da industrialização reside, entre outras coisas, no fato de que exige a força de trabalho uniformemente educada, por causa

das mudanças frequentes do trabalho. O papel da educação universal é a divulgação da cultura uniformizada, para que as pessoas que pertencem a uma nação pudessem se tornar a parte eficaz e versátil dessa nação. Antes da época da industrialização essa necessidade não existia. No Brasil, foi só na década da industrialização mais forte, os anos 1930, que o Estado introduziu a educação universal. Por quatro séculos e meia a maioria da nação brasileira foi analfabeta e sem instrução. Antes dos anos 1930 não se pode falar, na nossa opinião, da cultura universal brasileira. Foi só com o governo de Getúlio Vargas que começou a uniformização da cultura brasileira e a divulgação dessa cultura pelo sistema universal da educação.

Quanto ao potencial para a estabilidade e sustentabilidade duma nação, o Brasil satisfaz ambos os critérios de Hobsbawm. Embora a economia nacional brasileira não existisse por mais de trezentos anos e embora que, mesmo antes e depois da Independência, o nível do desenvolvimento da economia brasileira fosse baixo, a sua mera grandeza garante a sustentação do Brasil. E essa grandeza provem da satisfação do segundo critério, o de tamanho. No vasto território do Brasil vive, e sempre tem vivido, uma população numerosa, que não só representa uma fonte rica da força de trabalho, mas também age como um dissuasor eficaz contra a potencial invasão. Do outro lado, esse território é, e sempre tem sido, rico em recursos naturais. Historicamente, o crescimento da economia nacional brasileira foi uma constante, e provavelmente continuará no futuro.

O Brasil também satisfaz, mais ou menos, os critérios que Hobsbawm acha necessários para o surgimento das nações. Lembremos, eles são a relação entre o povo e um país que existia ou existe, e a elite cultural com a própria língua nacional. A língua nacional brasileira é a língua portuguesa e a elite cultural brasileira usava essa língua na sua produção artística e nessa maneira preservava-a. Quanto ao

primeiro critério, esse problema foi, de certa forma, resolvido com a atribuição de papel do brasileiro original ao índio. Dessa maneira foi promovida a imagem da antiguidade do Brasil e do povo brasileiro, visto que os indígenas viviam no Brasil por muito tempo antes da chegada dos portugueses. A posição verdadeira do índio na sociedade brasileira não importava, o nacionalismo interessa-se apenas por ideais.

Em termos de três formas do nacionalismo propostas por Gellner, no Brasil foi possível a „forma habsburgiana clássica do nacionalismo“ com uma classe dominante e várias culturas dominadas. Mas os portadores dessas culturas não tinham condições para preservá-las e para organizar-se. Os escravos negros chegavam das várias culturas africanas, falavam as línguas diferentes, e à chegada ao novo país não foram agrupados de acordo com a sua origem, mas foram separados. A situação dos povos indígenas foi semelhante – a escravização, o genocídio e a assimilação preveniram a formação e a consolidação de qualquer sentimento nacional.

Já dissemos que, na América colonial, a população e os funcionários das unidades administrativas começaram a perceber a sua unidade administrativa como a sua pátria. Este foi também o caso com o Brasil, onde o povo e a administração das capitanias/províncias desenvolveu um certo nível do nacionalismo. A independência do Brasil foi apoiada pelos burocratas nascidos no Brasil. Para além da origem, as vezes muito distante, eles não tinham qualquer relação com Portugal. A sua pátria foi o Brasil. O sucesso com que o governo central derrotava as revoltas locais é um dos principais razões da preservação da unidade do Brasil, o que o governo espanhol não conseguiu alcançar.

É também claro que o desenvolvimento demasiadamente lento dos sistemas de transporte não ajudou a formação do sentimento da unidade entre o povo brasileiro.

Para a população dos territórios que não têm qualquer comunicação com a qualquer outra parte da nação não é fácil desenvolver o sentimento de identificação nacional – ali existe uma maior probabilidade de formação do nacionalismo no nível local (esse nível local tornou-se, no caso da América espanhola, nacional, com a independência dos numerosos países).

Então, a nação brasileira formava-se isolada dos processos e das ideias modernos. A introdução atrasada da imprensa, da industrialização e da educação fazia parte dum plano. O povo analfabeto e sem instrução não pode mudar a sua posição social e económica. A intenção das autoridades portuguesas foi manter na ignorância a sua colônia mais rentável, porque a independência do Brasil representaria um duro golpe para a economia portuguesa e para a estabilidade do reino em geral. Coincidência ou não, um século depois da Independência do Brasil Portugal foi um dos países mais pobres da Europa.

5. Conclusão

O Brasil foi colônia durante a maior parte da sua história. A colônia cujo único papel foi a produção das mercadorias destinadas ao mercado externo, possibilitando assim a prosperidade de Portugal, ou seja, da Corte (a prosperidade dum camponês português por causa da exportação brasileira parece, na melhor das hipóteses, dúbia). Todos os outros aspetos da vida brasileira nesse período estavam subordinados ao esse objetivo. Então, a falta da modernização e do progresso na economia obstruía o progresso de todas as outras áreas da vida brasileira, o que foi demonstrado neste trabalho.

Além disso, a nação brasileira formava-se nas condições onde o povo brasileiro não poderia ter sido mais excluído da formação da sua própria nação do que era. Essa nação não foi criada *contra* o povo brasileiro, mas também não foi criada *do* povo e *para* o povo. As elites brasileiras controlavam todos os elementos da colônia, do Império e da República, e este trabalho também demonstrou como é que isso afetou a formação da identidade nacional e cultural dos brasileiros.

É só na década de 1920, quando começa a industrialização do país, que a situação melhorou um pouco. A próxima década traria um regime autoritário, na instalação e na derrubação da qual os militares, de novo, tiveram um papel grande. Mas o progresso do Brasil rumo a uma nação moderna já não podia ser parado. Esse caminho árduo que, pode-se afirmar, ainda não acabou, era e é, indiscutivelmente, influenciado pelos primeiros quatro séculos da história do Brasil.

Afinal, este trabalho levanta uma pergunta. O que teria acontecido com o Brasil se não fosse pela mão firme das autoridades portuguesas e brasileiras? Se olharmos do outro lado da fronteira brasileira, a resposta é a seguinte – o Brasil ter-se-ia desagregado,

provavelmente, em vários países. A história das antigas colônias espanholas depois da independência é muito mais violenta do que a história brasileira, e é cheia dos golpes de Estado sangrentos, das guerras civis e mútuas, e das crises económicas. Mesmo que não seja o país mais rico e próspero do mundo, o Brasil esquivou-se desse destino e desde a Independência tem vivido em paz relativa, tendo em conta as várias perturbações internas, mas paz.

6. Bibliografia e sitografia

Anderson, Benedict. *Imagined Communities - Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. – Revised edition – London, New York: Verso, 2006.

Anderson, Benedict. *Nacija: zamišljena zajednica - razmatranja o porijeklu i širenju nacionalizma* (tradução – Nata Čengić i Nataša Pavlović; prefácio Silva Mežnarić). Zagreb: Školska knjiga, 1990.

Buarque de Holanda, Sérgio. *Raízes do Brasil*. – 1ª ed. – Lisboa: Gradiva, 2000.

Castells, Manuel. *Informacijsko doba: Ekonomija, društvo i kultura. Svezak II: Moć identiteta*, Golden marketing, Zagreb, 2002.

Castells, Manuel. *The Information Age: Economy, Society, and Culture. Volume II: The Power of Identity*. – 2nd ed. – Wiley-Blackwell, UK, 2010.

Fausto, Boris. *História do Brasil* – 14ª ed. atual. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. – 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Gellner, Ernest. *Nacije i nacionalizam* (tradução – Tomislav Gamulin, prefácio – Ivan Gamulin). Zagreb: Politička kultura, 1998.

Gellner, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell Publishing, 1983.

Hobsbawm, Eric J. *Nacije i nacionalizam: Program, mit i stvarnost*. Novi Liber, Zagreb, 1993.

Hobsbawm, Eric J. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. – 2nd ed. – Cambridge University Press, UK, 1992.

Katunarić, Vjeran. *Sporna zajednica - Novije teorije o naciji i nacionalizmu*. Naklada Jesenski i Turk, Hrvatsko sociološko društvo, Zagreb, 2003.

Lessa, Carlos. „Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira“. Estudos avançados vol. 22 no. 62. São Paulo, 2008. p. 237-256.

Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero). – 1^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Skidmore, Thomas E. *Uma História do Brasil* (tradução – Raul Fiker). – 4^a ed. – São Paulo: Paz e terra, 2003.

A Croácia no Brasil: Histórias de uma Imigração. Milan Puh (Org.), Rafael Padula Maradei, Roger Cavalheiro Silva. São Paulo, 2015.

Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país, André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Organizadores). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Sitografia

<http://alunosonline.uol.com.br/>

<http://brasilecola.uol.com.br/>

<http://www.infoescola.com>

<http://linux.an.gov.br/mapa/>

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br>

<http://navegandohistedbr.comunidades.net/>

<https://sidra.ibge.gov.br>

<http://www.worldstopexports.com>